

Miliciano teria muito a esclarecer

Pivô do assassinato de Marielle é morto na BA antes de falar



Reprodução



Esposa e mãe de Adriano foram do gabinete de Flávio Bolsonaro na Alerj

O miliciano Adriano Nóbrega, com estreitas ligações com a família Bolsonaro, foi morto no domingo (9), no interior da Bahia, numa operação policial. O miliciano teria muito a revelar para a Justiça. Era íntimo de Fabrício Queiroz e Flávio

Bolsonaro, de quem recebeu duas homenagens quando este era deputado estadual no Rio de Janeiro. Ex-integrante do Bope (foi expulso em 2014), Adriano Nóbrega chefiava o Escritório do Crime, central de assassinatos por aluguel da milícia, envolvido na morte da vereadora Marielle. Pág. 3

Indústria teve um tenebroso 2019 com quedas em dezembro e no ano



A produção industrial brasileira caiu 1,1% em 2019, na comparação com 2018. Em dezembro, o recuo foi de -0,7% em relação a novembro. Frente à dezembro de 2018, foi de -1,2% e de -0,6% no último trimestre do ano, na comparação com o trimestre anterior. As informações são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF), divulgada pelo IBGE. A produção industrial acumulou uma queda de 2,4% nos dois últimos meses do ano. Pág. 2

Cresce a greve dos petroleiros

A greve dos petroleiros contra a decisão do governo de fechar a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen-PR) cresceu e já atinge 92 unidades do Sistema Petrobrás, mais de 20 mil trabalhadores parados. Pág. 5

MPF vai investigar ordem de queimar livros clássicos dada por bolsonarista de Rondônia

O Ministério Público Federal (MPF) abriu investigação para apurar a atuação da Secretaria Estadual de Educação de Rondônia em relação ao memorando da pasta que ordenava a retirada de 43 obras literárias

das escolas estaduais. Livros de Machado de Assis, Euclides da Cunha, Mário de Andrade e outros foram taxados de subversivos e já iam ser prescritos quando soou o alarme contra o crime. Pág. 4

Maior chuva em 37 anos provoca caos em S. Paulo

A forte chuva que atingiu São Paulo durante toda a noite e madrugada de segunda-feira (10), causou enchentes, deslizamentos de terra e alagou vias importantes como as marginais Tietê e Pinheiros, travando o trânsito na cidade, que está em estado de alerta. As regiões Oeste e Norte da cidade foram as mais afetadas. O Ceagesp, que responde pelo abastecimento de toda a região, ficou totalmente alagado. De acordo com o Corpo de Bombeiros, foram registradas 857 ocorrências com enchentes na Grande São Paulo, 151 desabamentos e 134 quedas

de árvores até as 14h40. Houve transbordamento do Rio Tietê na altura da Ponte do Piqueri no sentido Castelo Branco e Ayrton Sena, o que não acontecia desde 2005. Os córregos Perus, na altura da Praça Inácio Dias, Ipiranga na Avenida Professor Abraão de Moraes, Pirajuçara, próximo ao Hipermercado Extra, Morro do S, na rua Joaquim Nunes Teixeira, e Zavuvus, na Praça Tuney Arantes, também transbordaram. Segundo o Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE-SP), as chuvas só devem parar na quarta-feira. Pág. 4

“Parasita” ganha quatro prêmios no Oscar 2020

O Oscar de Melhor Filme de 2020 foi para o sul-coreano ‘Parasita’, que levou mais três estatuetas nas categorias de Roteiro Original, Filme Estrangeiro e Direção. O filme já havia ganhado a Palma de Ouro em Cannes - 2019. Pág. 6



130 lideranças alemãs exigem libertação de Assange

Pág. 7



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Não há exemplo mais acabado de parasita que o “bookmaker” Paulo Guedes

O conhecido bookmaker das rodas financeiras, que xingou os servidores públicos de “parasitas”, está no governo para cumprir uma missão que é destruir o Estado, vender todo o patrimônio do país, fechar escolas e hospitais, destruir as leis trabalhistas. P. 3

Governo Bolsonaro começa a se desfazer da Petrobrás



Investimentos caíram 2,7% no 4º trimestre de 2019

Setor de máquinas encolheu nos últimos três meses do ano e fechou o trimestre com um tombo de -9,2%

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) fechou com queda de -2,7% no quarto trimestre de 2019, frente aos três meses anteriores, já descontada as variações típicas para o período (dessazonalizada).

Esse é o pior resultado desde o terceiro trimestre de 2016, quando o Indicador Mensal FBCF do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que mede os investimentos em máquinas, construção civil e outros ativos fixos, constatou queda de -5,7% nos investimentos para o mesmo período daquele ano.

Segundo o pesquisador do Ipea, Leonardo Carvalho, “o indicador de investimentos recuou em outubro, novembro e dezembro. São três meses de queda, o que acende um sinal amarelo”, alertou. “Não é mais uma coisa pontual de um mês, o que seria uma volatilidade normal. E, abrindo o desempenho, a queda não foi concentrada em um setor em dezembro, foi espalhada”, explicou Carvalho.

Em dezembro, os investimentos de máquinas e equipamentos tiveram retração de -6,8%. A construção civil teve variação negativa de -1,6% e os outros ativos fixos, queda de -1,2%.

No último trimestre, o consumo aparente de máquinas e equipamentos, que corresponde a produção nacional menos exportações mais importações, recuou -9,2% na comparação como terceiro trimestre. O indicador de construção civil também demonstrou queda no período, -2,4%.

Assim, os investimentos encerraram 2019 com alta de 2,1%, no acumulado em doze meses de 2019 ante um resultado de 4,2% no ano anterior – números medíocres para um País no qual dizem que se recuperou da pior crise de sua história, iniciada em 2014.

Em dezembro de 2013, o indicador do Ipea apontava 187,76 pontos, resultado bem distante dos atuais 143,92 constataados pelo instituto em dezembro de 2019.

A FBCF mede o aumento de bens de capital das empresas, aqueles bens que têm a função de produzir outros bens, como máquinas, equipamentos e material de construção. E assim, mostra se a empresa está aumentando ou não sua capacidade de produção.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de investimento (FBCF/PIB) ficou em 16,3% no terceiro trimestre de 2019. No final de 2013, antes da recessão, que começou no segundo semestre de 2014, estava em 20,9%.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo - SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J. 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Foto: Divulgação



Além das ações, governo torrou gasoduto, BR Distribuidora, Liquigás...

Produção industrial míngua em 2019: -1,1%

A produção industrial brasileira caiu 1,1% em 2019, na comparação com 2018. Em dezembro, o recuo foi de -0,7% em relação a novembro. Frente à dezembro de 2018, foi de -1,2% e de -0,6% no último trimestre do ano, na comparação com o trimestre anterior. As informações são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF), divulgada hoje (4) pelo IBGE.

A queda de -0,7% em dezembro, na comparação com novembro, foi a segunda queda seguida, acumulando uma perda de 2,4% nos dois últimos meses do ano, quando o governo bradava a “recuperação” da economia.

Segundo o IBGE, foi o pior resultado para meses de dezembro desde 2015, quando houve queda de 2%, segundo a série histórica da pesquisa.

Com o resultado de dezembro, a indústria brasileira operou 18% abaixo de seu ponto mais alto, registrado em maio de 2011. “Em termos de patamar de produção, é como se estivéssemos voltando para janeiro de 2009”, disse André Macedo, gerente da pesquisa. O pior patamar de produção desde maio de 2018, quando ocorreu a greve dos caminhoneiros, completou o pesquisador.

Na passagem de novembro para dezembro, 17 dos 26 ramos pesquisados caíram. As influências negativas mais importantes vieram de veículos automotores, reboques e carrocerias (-4,7%) e máquinas e equipamentos (-7%). O setor de veículos acumulou 9,7% de queda em três meses

consecutivos de resultados negativos. Já máquinas e equipamentos teve o segundo mês de perdas.

No índice acumulado para janeiro-dezembro de 2019, frente a igual período do ano anterior, duas das quatro grandes categorias econômicas, 16 dos 26 ramos, 40 dos 79 grupos e 54,2% dos 805 produtos pesquisados foram negativos.

Segundo o IBGE, entre as atividades, indústrias extrativas (-9,7%) exerceu a maior influência negativa na formação da média da indústria, pressionada, em grande medida, pelos itens minérios de ferro.

Com destaque negativo também estão os ramos de metalurgia (-2,9%), de celulose, papel e produtos de papel (-3,9%), de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (-9,1%), de outros equipamentos de transporte (-9,0%), de produtos farmacêuticos e químicos (-3,7%), de produtos de madeira (-5,5%), de perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (-3,7%) e de produtos de borracha e de material plástico (-1,5%).

Tiveram ampliação as atividades de produtos alimentícios (1,6%), veículos automotores, reboques e carrocerias (2,1%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (1,7%), produtos de metal (5,1%) e bebidas (4,0%).

Entre as grandes categorias econômicas, tiveram resultados negativos os bens

intermediários (-2,2%) e o segmento de bens de capital (-0,4%). Por outro lado, o setor produtor de bens de consumo duráveis (2,0%) e o segmento de bens de consumo semi e não-duráveis (0,9%) tiveram variação positiva no final do ano.

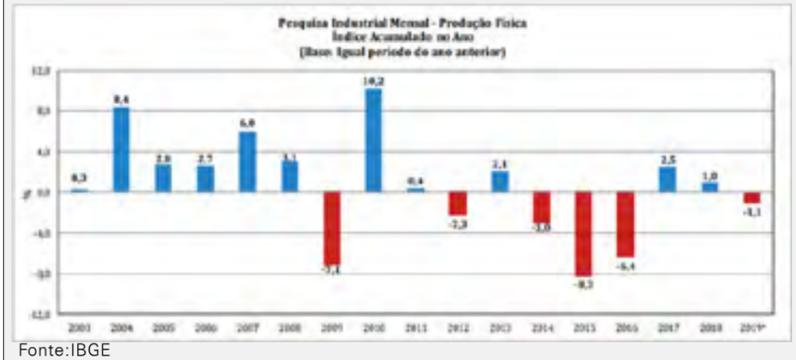
ESTAGNAÇÃO

O resultado da produção industrial é só mais uma manifestação da política contratista, de devastação nacional de Bolsonaro&Guedes. Eles conseguiram derrubar o mais importante setor da economia para uma situação ainda pior do que os anos 2017 e 2018, após a grande recessão de 2014-2016.

Certamente a paralisação das atividades da Vale privatizada depois do criminoso rompimento da barragem de Brumadinho no início de 2019, que matou 270 pessoas, contribuiu para a queda da produção industrial. Mas, diversos outros setores também tiveram perdas significativas, segundo o IBGE.

O resultado de queda na produção industrial é consequência da política neoliberal do governo. Ela é de responsabilidade dos atuais governantes que estão levando o país ao maior desastre econômico e social de sua história.

Assim como a produção industrial, as previsões para o crescimento da economia (Produto Interno Bruto-PIB) em 2019 estão em torno de 1% e 1,2%, portanto menores do que o PIB de 1,3% verificado nos anos de 2017 e 2018.



“Não, a economia não se recuperou da crise de 2014-2016”, afirma economista

Reproduzimos o artigo “Não, a economia brasileira não se recuperou da crise de 2014-2016; e talvez nunca se recupere...” do economista José Luis Oreiro, professor adjunto do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (FACE/UNB), sobre os rumos da economia brasileira após a grande recessão de 2014-2016.

Oreiro alerta que “se o crescimento da economia brasileira permanecer num patamar medíocre... O Brasil irá entrar num jogo perde-perde no qual o Ministério da Economia irá lançar propostas atrás de propostas de emenda constitucional com o objetivo de (sic) acabar com os “privilégios de funcio-



José Luis Oreiro é professor adjunto da UNB

nalismo público”; haja vista que se trata do único segmento da sociedade ainda protegido contra o empobrecimento geral do país, resultante dos efeitos

Foram torradas mais 9,6% de ações ordinárias, com direito a voto, da estatal, que pertenciam ao BNDES. No ano passado, foram vendidas 3,2% de ações ordinárias, através da CEF

Jair Bolsonaro torrou 9,6% de ações ordinárias da Petrobrás (com direito a voto) por R\$ 22 bilhões na bolsa do Brasil e dos Estados Unidos, na quarta-feira (5). Com isso, a participação do estado brasileiro na maior estatal do país caiu, jogando por terra sua mentira de que o governo não vai privatizar a Petrobrás.

As ações da Petrobrás, que foram vendidas, pertenciam ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em pouco mais de seis meses, um total de 13% de ações da Petrobrás, com direito a voto, em posse dos bancos públicos, foram torradas no governo Bolsonaro. No ano passado, foram vendidas 3,2% de ações ordinárias, através da Caixa Econômica Federal.

A Petrobrás representava mais de 40% da carteira de investimentos do BNDES. Um total de 734,2 milhões de ações ordinárias da petroleira pertencentes ao BNDES foram vendidas por R\$ 30 cada. Os R\$ 22,026 bilhões arrecadados serão transferidos ao setor financeiro, através de pagamento de juros e da amortização da dívida pública federal. (V. Guedes corta recursos, estrangula

o país e a dívida pública nem se mexe)

Para isso, Paulo Guedes escalou para presidir os bancos públicos, o arrombador de condomínios e amigo dos filhos de Bolsonaro Gustavo Montezano (BNDES) e o privatista Pedro Guimarães (CEF). Meta é “vender tudo”.

“META É VENDER TUDO”

Além da venda das ações, Bolsonaro acelera a privatização das empresas controladas pela estatal e a venda de campos de petróleo e gás.

No ano passado, entregou o gasoduto TAG para o consórcio formado pela franco belga Engie e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec e privatizou a BR Distribuidora, a maior empresa de distribuição e comércio de derivados de petróleo do País.

Além disso, entregou para o banco Itaú Unibanco a Liquigás e está desativando a fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados S/A (ANSA/Fafen-PR) – a única fábrica de fertilizantes do País que opera com “resíduo asfáltico”. E acelera a venda das estratégicas refinarias entre outras subsidiárias.

Privatista quer entregar BB DTVM a americanos

BB DTVM lidera gestão de fundos de investimentos no Brasil, com patrimônio superior a R\$ 1 trilhão

A direção do Banco do Brasil (BB) quer entregar para os norte-americanos, até o fim do segundo trimestre, a administração da BB DTVM (BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.). A subsidiária integral do BB é especialista na gestão de fundos de investimentos de clientes do banco estatal e líder na gestão de fundos de investimentos no Brasil, com patrimônio superior a 1 trilhão de reais.

Segundo informações do relatório do banco à acionistas, “Análise do Desempenho do BB 3T19”, em setembro do ano passado o BB DTVM – uma das principais subsidiárias do BB – alcançou “R\$ 1,1 trilhão sob custódia, evolução de 12,8% em relação ao mesmo período do ano anterior”.

O documento também destaca que em “relação à segmentação por investidor, segundo o Ranking Global de Administração de Recursos da ANBIMA de setembro de 2019, a BB DTVM permaneceu como líder nos segmentos: Investidor Institucional, Poder Público e Varejo”, diz o relatório.

PRIVATIZAÇÃO

O discurso oficial de Jair Bolsonaro de que o Banco do Brasil não está nos planos de privatização do governo é uma mentira deslavada. Assim como no caso da Petrobrás, o governo Bolsonaro está protagonizando a venda de ativos do BB, para mais à frente, com a empresa enfraquecida, entregar o controle do banco para o capital estrangeiro.

No dia 29 de janeiro, em evento organizado pelo banco Credit Suisse, em São Paulo, o privatista Rubem Novaes, escalado por Paulo Guedes para presidir o Banco do Brasil, voltou a defender seu “sonho de privatizar o Banco do Brasil”.

“Eu acho que com o tempo e a classe política, de uma maneira geral, vai se convencer de que o papel do BNDES e da Caixa já suprem a necessidade de um banco público e que o Banco do Brasil poderia estar liberado para uma privatização”, defendeu.

Além da privatização do BB DTVM, Novaes anunciou que o governo está próximo de fechar a negociação da venda do BB Americas – subsidiária que

opera nos Estados Unidos e que tem sob sua custódia mais de US\$ 600 milhões em ativos.

BB Banco de Investimentos (BB-BI)

No final do ano, o governo Bolsonaro entregou a administração da área de investimentos do Banco do Brasil – BB Banco de Investimentos (BB-BI) – para o banco suíço UBS Group AG. A privatização se dará pela criação de uma nova empresa no segmento de banco de investimento, na qual os suíços vão controlar a sociedade com 50,01% do capital e BB ficará com os 49,99% restantes.

O governo Bolsonaro deve entregar o BB DTVM para a BlackRock, que domina o mercado de gestão de ativos no mundo e cujo atual presidente da BlackRock no Brasil é Carlos Takahashi, que presidiu a BB DTVM entre 2009 e 2015.

No entanto, a Principal Financial Group e a Franklin Templeton Investments também estão na “disputa”. As três norte-americanas já enviaram propostas de intenção, mas as negociações bilaterais dependem da aprovação do banco Rothschild, que foi escalado pela diretoria do BB, em maio do ano passado, para “identificar um parceiro” nas áreas de investimento e gestão de recursos do BB.

ANABB

Para a Associação Nacional de Funcionários do Banco do Brasil (ANABB) “o desmonte ou a desestruturação de unidades lucrativas [do BB] pode gerar sérias consequências no futuro”. A entidade encaminhou um ofício para o Tribunal de Contas da União (TCU) questionando a intenção do governo de privatizar a gestora de fundos da instituição do BB e alerta no documento que não há motivos para o governo se desfazer de subsidiárias do BB, já que a instituição é lucrativa e eficiente.

“Sem considerar recolhimento de impostos, o BB alimentou o caixa da União com R\$ 32,397 bilhões nos últimos doze anos. Apenas com o lucro de 2018, mais de R\$ 5 bilhões foram distribuídos para acionistas e investidores, sendo R\$ 2,7 bilhões para o Tesouro”, destacou a ANABB no documento enviado ao TCU.

Miliciano ligado a Flávio Bolsonaro é morto na BA



Reprodução/TV Globo

O ator fez declarações contra Regina Duarte A Frente Democrática e os erros de José de Abreu

O ator José de Abreu se equivocou quando acha que os democratas devem dispensar aos fascistas o mesmo tratamento que esses se propõem a empregar contra os democratas.

“Fascista não é gente”, diz ele para que o espectador conclua: “já que não é, qualquer coisa vale”.

Mais grave ainda é o erro do PT, quando aquela cidadãos politicamente inexperientes e emocionalmente instáveis a cumprirem esse papel.

A justificativa da moda é a de que nesse mundo das “fake news” a verdade e a racionalidade são insuficientes para combater o fascismo.

Sofisticando um pouco, há quem diga que é necessário atingir as camadas mais profundas da mente humana – isto é, as que não nos distinguem dos animais.

Se para atingir as emoções é preciso que nos desumanizemos, para combater o fascismo com eficácia devemos renunciar à civilização e retroceder à barbárie. Essa é a mensagem do patrocinador.

Acontece que independente das vãs filosofias os fascistas são seres humanos e não há o que se possa fazer em contrário.

Portanto é moralmente insustentável e politicamente ineficaz pretender excluí-los de sua condição humana. Aliás, as baixarias de Abreu contra Regina Duarte deixaram isso claro pela milionésima vez.

O que menos a luta democrática necessita no momento é deixar-se seduzir pelos métodos bolsonaristas. Que o PT não perceba, é natural e revelador de seu esgotamento como alternativa política para o povo brasileiro.

SÉRGIO RUBENS

Reprodução



Flávio Bolsonaro (à direita) homenageou o miliciano Adriano Jair Bolsonaro ataca de novo a imprensa e ofende jornalistas

No final da tarde de sábado (8), Jair Bolsonaro voltou a agredir e atacar a cobertura da imprensa.

Na porta do Palácio da Alvorada, ele falou o que quis contra a mídia, disse que não ia dar entrevista e deu uma banana para os jornalistas.

Ele deixou a residência oficial com destino a um evento evangélico no estádio Mané Garrincha. Parou para falar com apoiadores, mas disse que não responderia às perguntas dos repórteres.

Mostrou-se especialmente incomodado com as reportagens publicadas na quarta-feira (5), quando, ao defender o programa de prevenção à gravidez na adolescência da ministra Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), afirmou que uma pessoa com HIV — vírus da Aids — representa “uma despesa para todos no Brasil”.

E se queixou que está “levando porrada de tudo quanto é grupo de pessoas que têm este problema lamentavelmente”. Segundo Bolsonaro, a imprensa distorceu o que ele falou e focou que “o aídético é oneroso no Brasil”.

“Eu falei: o que que faltou? Faltou uma mãe, uma avó que pudesse dar orientação para não começar a fazer sexo tão cedo. Qualquer pessoa com HIV é uma pessoa que, além do problema de saúde gravíssimo, que temos pena, é custoso para todo mundo”, disse Bolsonaro na nova versão do que falou.

Bolsonaro também reclamou da cobertura sobre a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos combustíveis, quando ele cobrou dos governadores a baixarem o imposto. Ele declarou que não ouviu “uma matéria legal, decente”.

Para Bolsonaro, “decente” é o que ele gosta e lhe traz benefícios. Segundo ele, “este não é o papel da imprensa”. “Vocês não podem continuar agindo assim, destruindo reputações. Vê se vai ter alguma retificação de vocês no jornal amanhã? Não vai deixar porque o editor não vai deixar ir para frente. Eu quero

Ciro e Orlando “renovam afinidades” para “salvar o Brasil do desastre de Bolsonaro”

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB), pré-candidato a prefeitura de São Paulo, esteve quinta (6) em Sobral, no Ceará, onde participou de uma série de eventos e se encontrou com o ex-ministro e ex-governador Ciro Gomes, que foi candidato a presidente da República em 2018 pelo PDT.

Eles conversaram sobre a situação política do país e as eleições municipais deste ano. O pedetista classificou a reunião como um encontro “de velhos amigos”. Após o encontro, os dois divulgaram mensagens para os seguidores em um vídeo.

“E um encontro de velhos amigos em que estamos renovando as afinidades, mas afirmando um traço em comum, que eu leio nos documentos do PCdoB, que é a preocupação com o futuro do Brasil”, diz Ciro, no vídeo.

Para Ciro, a situação atual no Brasil, sob o governo Bolsonaro, está “assentada no ódio, nas paixões despolitizadas”. Segundo o ex-governador, isso está “afundando o nosso país e só se presta à agenda mais reacionária, mais entreguista, antinacional e mais antipobre que eu já vi ao longo da minha, já extensa, vida pública”.

Ciro diz que a candidatura de Orlando Silva é “uma boa notícia”. “Que está se dispondo a aceitar o desafio, se assim for do bom querer da gente paulistana, de ser candidato a prefeito de São Paulo. Recebo essa notícia com muito prazer, porque nós do PDT estamos muito preocupados em construir também uma alternativa para essa grande cidade brasileira que é São Paulo”, conclui Ciro, que também é vice-presidente nacional do PDT.

Ao usar a palavra, Orlando destacou sua “alegria enorme de visitar, junto com tantos amigos,

UNI, entenderam agora porque ele atacou o presidente Lula? E cachorro da direita, junto com Biro Gomes”, disse ele.

Orlando respondeu através do seu Twitter. Sem se dirigir a Rezende, o deputado escreveu: “Esse tipo de gente não merece nada além do desprezo. Quem esse sujeito acha que é? O que seria, para um branco, um “negro com alma de branco”? E pior é que se acha progressista...”. “Ninguém deve admitir o racismo. Esse aí

vai responder na justiça, porque tenho muito orgulho da minha cor e não estou aqui pra aguentar ofensa de branco que quer me ‘ensinar’ a ser negro”, acrescentou Orlando.

O deputado promete acionar a Justiça. Em nota, a assessoria de imprensa do PT declarou que “esse tipo de manifestação, racista e desrespeitosas, não corresponde ao alto nível das relações que o PT mantém com o PCdoB e contraria frontalmente o que o partido defende e pratica”.

Pedro França/Senado



Filho Zero Um de Bolsonaro empregou a esposa e a mãe de Adriano em seu gabinete quando ele era deputado estadual

Uma operação policial resultou na morte do ex-PM, Adriano Nóbrega, miliciano com estreitas ligações com a família Bolsonaro, no domingo (9), no interior da Bahia.

Ex-integrante do batalhão do Bope, Adriano Nóbrega, que foi expulso da PM em 2014 por envolvimento com os chefes da contravenção, chefiava o Escritório do Crime, central de assassinatos por aluguel da milícia do Rio de Janeiro.

Ronnie Lessa, outro pistoleiro profissional que está preso pelo assassinato da vereadora Marielle Franco, pertencia ao “Escritório” chefiado por Adriano. O ex-PM tinha informações que, se reveladas, afetariam muita gente, inclusive no caso Marielle.

Adriano Nóbrega era íntimo de Fabrício Queiroz e Flávio Bolsonaro. Ele recebeu duas homenagens de Flávio Bolsonaro, quando este era deputado estadual no Rio.

Uma de louvor e congratulações por serviços prestados à corporação em 2003. Na segunda, em agosto de 2005, Adriano recebeu a medalha Tiradentes, principal honraria da Assembleia Legislativa do Rio, também com elogios à carreira do então policial militar. Depois disso, Adriano empregou a mãe, Raimunda Veras Magalhães e a mulher, Danielle Nóbrega no gabinete de Flávio Bolsonaro.

Elas recebiam sem trabalhar e repassavam parte dos salários para o gabinete. Adriano teria segundo o MP do Rio, participação no esquema de lavagem de dinheiro conhecido como “rachadinha”.

A ação está suscitando questionamentos. Ele teria reagido e morto ou foi eliminado? A versão oficial das polícias da Bahia e do Rio de Janeiro, que atuaram juntas na captura do criminoso, é a de que, ao ser abordado pelos policiais, Adriano teria reagido a tiros e foi baleado. O advogado do miliciano e um especialista no assunto afirmam que houve queima de arquivo.

Em nota, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) da Bahia negou que a operação tenha sido “queima de arquivo”. A SSP diz no texto que Adriano reagiu à ordem de prisão e atirou contra os policiais que o abordaram em uma casa no interior da propriedade. O titular da pasta, Maurício Barbosa, questionou o que chamou de uso político do caso Adriano Magalhães da Nóbrega.

“Infelizmente, acabaram levando a questão para o lado político. Não há nenhum interesse por parte da SSP, por parte da polícia militar, esconder qualquer crime cometido por Adriano ou pela sua quadrilha”, disse o secretário.

Barbosa pede respeito ao trabalho da polícia baiana, “que se colocou em perigo para cumprir o mandato, segundo avaliou”. “A missão era fazer com que essa pessoa fosse levada para o estado do Rio de Janeiro, para responder a seus processos”, afirmou.

O secretário acrescentou que, se o desfecho não foi o esperado, pelo menos, não se está lamentando a morte de nenhum policial. “Colocamos a investigação à disposição de quem quer que seja, para refutar, completamente, o aspecto político que estão querendo dar a uma ação típica de polícia”, diz o secretário. Barbosa aproveitou para parabenizar os policiais envolvidos na operação realizada. “Pela coragem que tiveram de pegar um elemento extremamente perigoso e condenado por diversos crimes.”

Ainda de acordo com informações do secretário de Segurança Pública da Bahia, antes do confronto que matou Adriano Nóbrega, os agentes de três forças especiais da polícia baiana prenderam homens que davam segurança ao miliciano. Adriano estava escondido em um sítio de um vereador do PSL na cidade.

“Foram pegos pessoas que estavam dando cobertura, com armamento na mão, que indicaram que ele (Adriano) estava em num terreno próximo. A polícia fez o cerco, e ele tava com a pistola na mão e reagindo”, contou o secretário, que não informou quantos seguranças foram presos.

Por sua vez, o advogado de Adriano, Paulo Emílio Catta Preta, informou que recebeu um telefonema do miliciano na quarta-feira passada (5) no qual ele teria dito que tinha certeza de que queriam matá-lo para “queimar arquivo”.

A viúva do ex-policial, segundo o advogado, teria feito o mesmo relato. Os policiais já tinham estado na Costa do Sauípe, onde ele se encontrava, e fechavam o cerco

ao miliciano.

“Eu estranhei ele me ligar, porque nunca havíamos conversado. Me disse que estava ligando porque estava muito afilto, que tinha absoluta certeza de que foram atrás dele não para prender, mas para matar”, disse o advogado Catta Preta.

Já o especialista e estudioso das milícias, José Cláudio Souza Alves, está convencido de que houve queima de arquivo. “Uma operação policial, fruto de um ano de trabalho de investigação, inteligência e cooperação que culmina, não com a prisão, mas com a morte de um foragido peça-chave em casos que movimentam a República. Isso é um grande azar ou um caso de queima de arquivo”, diz ele. “Uma operação de cerco lida mais com paciência, espera, controle e dissuasão do que com um confronto direto”.

“Ele não está numa favela, um território com alta complexidade onde não existe nitidez sobre quem é quem, numa configuração espacial urbana que dificulta a operação”, acrescenta o especialista. “O que destoa é toda uma investigação de inteligência desembocar numa operação assim, que culmina com a morte de alguém capaz de fornecer informação sobre casos envolvendo pessoas tão em evidência. Passa-se um ano atrás dele para capturá-lo porque é uma peça determinante em investigações importantes e o matam?”, questiona.

“Ele estava numa residência em um espaço rural no interior da Bahia. Como o fator surpresa estava nas mãos dos investigadores, se o objetivo fosse prendê-lo, os policiais poderiam eleger o momento ideal para isso e fazer um cerco. Não há plausibilidade na situação descrita pela polícia de que ele teria reagido, se ferido e acabado morto. Na minha visão, é uma operação suspeita”, afirmou o professor.

“A quem interessaria essa morte?”, indagou o professor. “Sabemos que ele teve vínculos diretos com [o hoje senador] Flávio Bolsonaro porque sua ex-mulher e sua mãe fizeram parte do gabinete do filho do presidente Jair Bolsonaro. Sabemos também que Flávio Bolsonaro, então deputado estadual, o homenageou na Assembleia do Rio [com a medalha Tiradentes, a mais alta honraria da Casa], em 2005”, destacou.

“Todos os que estabeleceram relação com a estrutura de venda de imóveis clandestinos e que são suspeitos de envolvimento com a morte da Marielle se veem beneficiados porque não existe mais a principal fonte de informações sobre esses casos”, concluiu o professor da UFRRJ.

O governador do Rio, Wilson Witzel, por sua vez, é o defensor de que “bandido bom é bandido morto”, e que comemora qualquer chacina, saiu em público para festejar a ação da Polícia Civil do Rio, que participou da operação, junto com os baianos, em Esplanada, onde Adriano foi morto. “Não podemos deixar de agradecer à Polícia Civil do Rio de Janeiro. Ontem tivemos duas importantes operações em parceria com outra polícia, a polícia da Bahia, e obteve o resultado que se esperava. Chegamos ao local do crime para prender, mas, infelizmente, o bandido que ali estava não quis se entregar. Trocou tiros com a polícia e infelizmente faleceu”, afirmou.

O debate sobre a morte de Adriano Nóbrega ainda vai render e muitas explicações ainda precisam ser dadas. O colunista da Folha, Hélio Schwartzman, já resumiu bem a questão, seja a que conclusão se chegar. “Não há, por ora, elementos objetivos a sustentar a tese de que a morte do miliciano Adriano da Nóbrega tenha sido uma operação de queima de arquivo para beneficiar o clã Bolsonaro”, disse ele. Mas, em seguida, o colunista aponta a conclusão óbvia sobre tudo isso. “O chocante é constatar que essa hipótese é verossímil, a ponto de os principais órgãos de imprensa terem publicado textos em que ela é contemplada”, disse ele.

Ou seja, só de se verificar que há estreitas relações entre a família de Jair Messias Bolsonaro, atual presidente, e fatos como o descrito acima já é um dos maiores escândalos da República.

Afinal, como diz o historiador e apresentador Marco Antônio Villa, “nenhum presidente da República teve ligações tão estreitas com bandidos e criminosos como o atual”.

Terrorista Eduardo Fauzi não terá “salvo-conduto” para continuar agindo, decide STJ

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Rogério Schietti, rejeitou na quarta-feira (5) o pedido de salvo-conduto do terrorista foragido, Eduardo Fauzi, que participou com mais quatro outros elementos do atentado a bomba à produtora Porta dos Fundos, no final do ano passado.

O ministro não viu nenhuma ilegalidade na ordem de prisão do terrorista.

Quando ainda estava escondido no Brasil, Fauzi se gabou, em vídeo, de estar fazendo justiça contra os “infiéis”. Ele chegou a comemorar a suspensão, decidida pelo desembargador Benedicto Alcabir, do especial de Natal do grupo, na Netflix. A suspensão foi revertida logo em seguida por decisão do STF.

Fauzi é presidente da Associação dos Guardadores de Carro de São Miguel e possui ligações com uma milícia que atua no centro do Rio de Janeiro. Ele era filiado ao PSL desde 2001, partido que elegeu Bolsonaro, e pertencente à Frente Integralista Brasileira. O fascista foi identificado por câmeras de segurança durante a fuga do atentado.

A Justiça do Rio já tinha negado um pedido de habeas corpus impetrado pelo terrorista junto ao Tribunal de Justiça do Rio. A Justiça decidiu também considerar o crime como um atentado contra a vida de pessoas, já que havia um segurança no local.

Achando que ia se safar, o fugitivo, que está na Rússia, tinha passagem aérea para retornar ao Brasil no dia 30 de janeiro. Teve que mudar os planos. Até agora não foram identificados os outros quatro integrantes do grupo que jogou as bombas na produtora.

O ataque à Porta dos Fundos aconteceu no dia 24 de dezembro e teve sua autoria assumida pelo intitulado “Comando Insurgência Popular Nacionalista da Grande Família Integralista Brasileira”, em vídeo divulgado nas redes sociais.

O crime ocorreu após o lançamento de um filme na plataforma de streaming Netflix: “Especial de Natal do Porta dos Fundos: A Primeira Tentação de Cristo”.

O partido destaca na ação que é “notório o esfacelamento socioambiental” desencadeado pelo governo federal desde o início de 2019, que atinge gravemente a estrutura e o funcionamento do sistema federal de meio ambiente.

“No plano legal, observa-se a destruição dos marcos regulatórios; as instituições ambientais estão sendo profundamente enfraquecidas e suas funções precípua desvirtuadas”, destaca o documento.

Leia a íntegra do texto em www.horadopovo.com.br

Rede vai ao STF contra exclusão de entidades no conselho do Fundo Nacional do Meio Ambiente

A Rede Sustentabilidade ingressou sexta-feira (7) com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no Supremo Tribunal Federal (STF), com pedido de medida cautelar, contra o decreto de Bolsonaro que excluiu a sociedade civil (as entidades) do conselho deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).

MPF vai investigar “queima de livros” ordenada em Rondônia

Governador bolsonarista ordenou a censura de livros de Machado de Assis e Euclides da Cunha. Para a Academia Brasileira de Letras “gesto é deplorável”

O Ministério Público Federal (MPF) abriu investigação para apurar a atuação da Secretaria Estadual de Educação de Rondônia em relação ao memorando da pasta que ordenava a retirada de 43 obras literárias das escolas estaduais.

Livros de Machado de Assis, Euclides da Cunha e outros foram taxados de subversivos e já iam ser prescritos quando soou o alarme contra esse absurdo.

O procedimento é do procurador Raphael Luis Pereira Belivaqua e foi assinado na tarde da sexta-feira (7) em Porto Velho.

A atuação do governo bolsonarista de Rondônia está em perfeita sintonia com os episódios que vêm ocorrendo em órgãos do governo federal, como a Secretaria da Cultura e no Ministério da Educação.

Este último é “comandado” por Abraham Weintraub que, além das trapalhadas no Enem e no Sisu, também é um defensor das aberrações obscurantistas e reacionárias paridas na Virgínia e “transmigradas” diretamente do guru Olavo de Carvalho para os seus teleguiados do governo, inclusive o próprio chefe do Executivo.

O maluco que imitou Goebbels, todos sabem, não estava sozinho. Na véspera do vídeo bombástico imitando o chefe da propaganda nazista, ele recebeu altos elogios diretamente de Bolsonaro.

Não é de se estagnar, portanto, que os bolsonaristas de Rondônia, imitando os seus ídolos do Planalto, resolvessem reviver as sinistras noites de queimas de livros que ocorriam em Berlim sob os aplausos de Goebbels e mandar “fazer fogueiras” com os “profanos” clássicos da literatura brasileira.

Principalmente também, após Eduardo Bolsonaro, filho do “mito” – o fritador de hambúrgueres – dizer que para ser de direita, não precisa se preocupar com a leitura de livros.

A Censura aos clássicos foi determinada pelo governo de Marcos Rocha (abaixo), integrante das falanges comandadas por Jair Bolsonaro.

A Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) protestaram contra a censura. A ABL classificou o pedido para recolher livros como um “gesto deplorável”. Segue a nota da entidade:

“A Academia Brasileira de Letras vem manifestar publicamente seu repúdio à censura que atinge, uma vez mais, a

literatura e as artes. Trata-se de gesto deplorável, que desrespeita a Constituição de 1988, ignora a autonomia da obra de arte e a liberdade de expressão”, diz a nota.

“A ABL não admite o ódio à cultura, o preconceito, o autoritarismo e a autossuficiência que embasam a censura. É um despautério imaginar, em pleno século XXI, a retomada de um índice de livros proibidos. Esse descenso cultural traduz não apenas um anacronismo primário, mas um sintoma de não pequena gravidade, diante da qual não faltará a ação consciente da cidadania e das autoridades constituídas”, prossegue o documento dos imortais.

Para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o documento do governo de Rondônia viola os mais caros princípios e garantias fundamentais da Constituição Federal. Já a União Nacional dos Estudantes (UNE) afirmou nesta sexta-feira que a lista da Seduc “foi uma tentativa de censura à cultura”.

Na tarde de quinta-feira (6), um memorando assinado pelo secretário de Educação, Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, vazou na nas redes sociais. No documento, Suamy afirmava ser necessário tal recolhimento porque estes apresentavam “conteúdos inadequados às crianças e adolescentes”.

Segundo o procurador Raphael Belivaqua, a educação do estado precisa explicar a fundamentação legal para mandar recolher os livros das escolas, além da motivação para expedição do memorando. “Também queremos saber por que foi agravado esse documento de público para sigiloso, após o vazamento do recolhimento nas redes sociais. Em tese esse procedimento é público, não tendo porque haver agravo de sigilo. Nesse caso pode ter ocorrido um caso de improbidade administrativa”, diz.

Conforme procedimento instaurado pelo MPF, a Secretaria da Educação terá prazo de 10 dias úteis para apresentar relatórios e publicações comprobatórias em relação aos questionamentos feitos pela procuradoria. “Caso se confirme, a gente pode fazer uma recomendação, uma Ação Civil Pública ou até uma ação por improbidade contra o estado”, afirma o procurador. “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, “Macunaíma”, de Mário de Andrade, e “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, estavam na lista de recolhimento, conforme aponta o memorando.



Weintraub faz escola e MEC anuncia ‘suspensão’ de edital

Na tarde da sexta-feira (07), o Ministério da Educação publicou o aviso sobre a concorrência para a contratação de uma empresa para cuidar da comunicação do ministério. O texto de apenas um parágrafo afirmava que o aviso de “suspensão” do edital seria publicado no Diário Oficial da União em 10 de fevereiro.

Ao que parece, o “imprecionante ministro das kafkas”, Abraham Weintraub, anda fazendo escola dentro do Ministério da Educação. Já que, segundo a ortografia oficial brasileira, a palavra correta para a ação de suspender algo é “suspensão”, com a letra “s”.

Aviso de “suspensão” foi divulgado na tarde de sexta-feira. Além de sua incompetência, Weintraub também ficou conhecido pelos repetidos erros ortográficos e gramaticais. No caso mais recente, o ministro

bolsonarista escreveu a palavra “imprecionante” em uma publicação no Twitter.

Ainda na rede social, que permite publicações de apenas 240 caracteres, Weintraub também escreveu “suspensão” no lugar de “suspensão” e “paralisação” em vez de “paralisação”.

Em outra oportunidade, desta vez em depoimento no Congresso, o ministro da Educação confundiu o escritor Franz Kafka, com o prato árabe kafta.

Segundo o colunista do jornal “O Globo”, Lauro Jardim, o comunicado assinado por Miguel Rodrigues, presidente da comissão de licitação do MEC, suspende concorrência para a contratação por R\$ 20 milhões de uma empresa para cuidar da comunicação do ministério (A verba atual é de R\$ 6 milhões anuais).



10 de maio de 1933: nazistas começam a queimar livros por toda a Alemanha

Maior chuva em 37 anos provoca caos em S. Paulo

A forte chuva que atingiu São Paulo durante toda a noite e madrugada de segunda-feira (10), causou enchentes, deslizamentos de terra e alagou vias importantes como as marginais Tietê e Pinheiros, travando o trânsito na cidade, que está em estado de alerta.

As regiões Oeste e Norte da cidade foram as mais afetadas. O Ceagesp, que responde pelo abastecimento de toda a região, ficou totalmente alagado. De acordo com o Corpo de Bombeiros, foram registradas 857 ocorrências com enchentes na Grande São Paulo, 151 desabamentos e 134 quedas de árvores até as 14h40.

Houve transbordamento do Rio Tietê na altura da Ponte do Piqueri no sentido Castelo Branco e Ayrton Sena, o que não acontecia desde 2005. Os córregos Perus, na altura da Praça Inácio Dias, Ipiranga na Avenida Professor Abraão de Moraes, Pirajuçara, próximo ao Hipermercado Extra, Morro do S, na rua Joaquim Nunes Teixeira, e Zavuvus, na Praça Tuney Arantes, também transbordaram.

Até as 13h desta segunda-feira choveu 88,7 mm na cidade de São Paulo, o que equivale a 41% da média esperada para o mês, que é de 216,7 mm. Ainda, segundo o CGE, no mês de fevereiro já choveu cerca de 96% da média esperada, o que corresponde a 208 mm. As chuvas que atingiram a região metropolitana foram as maiores registradas nos últimos 37 anos.

Segundo o Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE-SP), a previsão é de que as chuvas podem variar de intensidade entre moderada e forte até a manhã desta terça-feira, 11, e só deve parar na quarta.

Um grupo de cinco funcionários de um supermercado da região da Barra Funda está reunido no chão do terminal. Nenhum dos funcionários do turno da manhã conseguiu chegar ao local de trabalho. “O primeiro do grupo chegou aqui às 5h20 da manhã e não consegui sair. A gente foi chegando aos poucos e encontrando por aqui. Só está no mercado quem é do turno da madrugada e agora não consegue sair”, disse Ane Caroline, 23 anos, supervisora de vendas.

MARGINAIS
Em entrevista à TV Globo, o prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB), lamentou os problemas ocorridos em decorrência da chuva e



Marginal Pinheiros teve maior alta em 15 anos

afirmou que pessoas que perderam algum pertence podem solicitar às subprefeituras isenções no IPTU. “Isso já está previsto na legislação. Todas as pessoas que se sentirem prejudicadas podem procurar a subprefeitura e solicitar isenção de IPTU no ano que vem. Não há problema, já tivemos isso na região do Ipiranga no ano passado”, disse.

Ao meio-dia, o prefeito afirmou que, até o momento, ninguém havia morrido devido aos alagamentos. “Até agora foram computados pela Defesa Civil 30 desabamentos e 23 deslizamentos, sem nenhuma vítima fatal. Estamos encaminhando todas as pessoas para acolhimento”.

Em relação ao trabalho dos piscinões, Covas falou à emissora que “todos estavam limpos” e que “nenhum transbordou, o que certamente prejudicaria muito mais a situação”, além de citar as novas construções de sua gestão. Ele confirmou que as duas marginais são as mais afetadas. “Dos 51 pontos intransitáveis, 40 estão nas marginais Pinheiros e Tietê. Ali está se encontrando a pior vazão de água”.

PRIORIDADES
O deputado federal Orlando Silva (PCdoB) criticou a falta de prioridade com a prevenção a enchentes na capital paulista. “Está chovendo demais, mas não adianta culpar São Pedro. Ano após ano o paulistano sofre com tragédias evitáveis, não fossem o descaso das autoridades e a economia burra que a prefeitura insiste em fazer represando recursos para a prevenção”, disse Orlando, que é pré-candidato à Prefeitura de São Paulo.

Levantamento da Rádio CBN apontou que no

ano de 2019, a gestão municipal utilizou menos da metade dos R\$ 833 milhões previstos no orçamento obras de prevenção a enchentes e manutenção de córregos e galerias pluviais. Segundo a CBN, menos da metade desse valor, cerca de R\$ 385 milhões, foi efetivamente gasto pela prefeitura.

As secretarias municipais de Infraestrutura e Obras e de Desenvolvimento Urbano, além de 13 subprefeituras, tinham mais R\$ 180 milhões para canalização de 13 córregos, manutenção de sistemas de drenagens, ampliação de galerias pluviais e construção de piscinões. Nada foi executado.

Entre os projetos que tinham dinheiro em caixa e ficaram parados, estão obras em locais que sofrem ano após ano com alagamentos, como é o caso do piscinão no Córrego da Mooca, na Zona Leste, que possuía R\$ 400 mil disponíveis.

Para a ampliação da rede de galerias pluviais em Santo Amaro foram R\$ 200 mil orçados. Outros R\$ 100 mil estavam em caixa para as canalizações dos córregos do Cordeiro e Zavuvus, na Zona Sul.

O Plano de Metas foi aprovado durante o governo de João Dória, que renunciou ao cargo para se candidatar ao governo. Um dos objetivos era a redução de cerca de 12% das áreas inundáveis na cidade. Até o primeiro semestre de 2019, a prefeitura não alcançou 2,5% dessa diminuição.

Em novembro de 2019, a gestão Covas prometeu a construção de mais cinco piscinões na cidade para o programa de prevenção a enchentes.



Governador mantém a ameaça de privatização da estatal fluminense

Um mês depois de crise da água, Witzel demitirá o presidente da Cedae

Somente depois de um mês após o início da crise da água no Rio de Janeiro, o governo de Wilson Witzel (PSC) definiu a demissão do presidente da Cedae, Hélio Cabral. Enquanto a população consome uma água poluída, Witzel faz ameaças para tentar garantir a privatização da estatal.

Segundo admitiu André Moura, chefe da Casa Civil do estado, Hélio Cabral deverá ser substituído por Renato Espírito Santo. O secretário diz que ele foi escolhido “pela experiência”, por ter trabalhado mais de 40 anos na estatal.

O nome precisará ser aprovado pelo Conselho de Administração da Cedae. Precisarão aprovar o nome de Renato Espírito Santo.

Hélio Cabral foi indicado para a Cedae pelo presidente do PSC, Pastor Everaldo, que mantém interesses na companhia estatal.

A demissão de Hélio Cabral acontece após os relatórios da Cedae apontarem o aumento da quantidade de geosmina – substância produzida por algas que altera o gosto e o cheiro da água – encontrada na produção de água da Estação de Tratamento do Rio Guandu aumentou na comparação entre o dia 8 de janeiro, no começo da crise hídrica, para o dia 3 de fevereiro, data do último teste divulgado pela companhia.

A primeira análise para avaliar a quantidade de geosmina na água registrou que 0,19 partes da substância por cada bilhão de partes de água.

No dia 26 de janeiro, um novo relatório foi divulgado e o índice estava em 0,8 parte por bilhão. A última avaliação, feita no dia 3 de fevereiro, o resultado apontou queda para 0,3. A marca ainda é maior do que a registrada no início de janeiro.

PRIVATIZAÇÃO
Na sexta-feira (07), o governador voltou a ameaçar a população, afirmando que o problema do saneamento no Rio de Janeiro só será resolvido com a privatização da Cedae. A declaração de Witzel foi dada na semana em que parlamentares fluminenses iniciaram manobras políticas para instaurar uma CPI que visa investigar o mau serviço prestado pela empresa. “Só será possível com a privatização da Cedae, pelo menos a distribuição do esgoto”, disse durante a cerimônia de posse da nova diretoria da Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj).

Anteriormente, Witzel havia dito que o objetivo de Hélio Cabral na presidência da Cedae era preparar a estatal para a privatização.

“A missão do Hélio é tornar a companhia eficiente para tornar o leilão de outubro atrativo e ele iniciou um processo de organização. O Hélio vem fazendo esse trabalho. Na avaliação do conselho, o conselho de administração tem avaliado positivamente”, disse em 31 de janeiro, durante entrevista coletiva no Palácio Guanabara.

Hélio Cabral é ex-executivo da mineradora Samarco, acusado pelo Ministério Público Federal, como um dos responsáveis pela tragédia de Mariana, onde 19 pessoas foram mortas após desabamento da barragem de rejeitos da mineradora em Minas Gerais.

O crime da Samarco, uma associação entre a Vale e a BHP Billiton, causou a maior tragédia ambiental do país, destruindo o Rio Doce de Mariana até a sua foz, no Espírito Santo.

ESTELIONATO
O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos de Niterói, Ary Girota, lembrou o estelionato eleitoral de Witzel, que para se eleger dizia que não ia privatizar a estatal.

“Ele não foi eleito pela população do Rio de Janeiro para privatizar a Cedae e muito menos com um discurso de privatização da Cedae. Por reiteradas vezes ele reafirmou em campanha que não privatizaria a Cedae. Isso está fartamente documentado. Queremos crer que ele, que agora se coloca como candidato à presidência da República, é um homem de palavra e que não vai voltar atrás na sua palavra”, disse o sindicalista ao jornal “Toda Palavra”.

Greve dos petroleiros cresce no país e paralisa 40 plataformas

No décimo dia, greve dos petroleiros já havia mobilizado 92 unidades da empresa

A greve dos petroleiros chega ao décimo dia e já atinge 92 unidades do Sistema Petrobrás - sendo 40 plataformas - em 13 estados de Norte a Sul do país. São cerca de 20 mil trabalhadores parados, no movimento que já está sendo considerado o mais forte da categoria desde 1995.

A greve é contra a decisão da direção da estatal de fechar a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen-PR). A categoria reivindica a suspensão do programa de demissões de 396 trabalhadores da Fafen, previstas para terem início na próxima sexta-feira.

Considerando a cadeia produtiva da subsidiária da Petrobrás no interior paranaense, cerca de 3 mil trabalhadores da região serão afetados com o fechamento da fábrica.

Segundo a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), as demissões na unidade paranaense ferem a cláusula 26 do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), que determina que qualquer demissão em massa deve ser negociada previamente com os sindicatos, o que não aconteceu.

O movimento cresce, mesmo com a decisão do ministro Ives Gandra, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que na terça-feira (4) determinou que 90% dos efetivos sejam mantidos durante a paralisação sob pena de multa diária para as federações e os sindicatos estaduais.

Quanto à exigência de manutenção básica dos serviços à população, de máquinas e equipamentos, as entidades denunciam que a direção da empresa tem se negado a passar as informações de números de funcionários necessários para esse fim e se nega a negociar.

Após isso, as entidades afirmam que a empresa tenta criminalizar o movimento e coloca em risco a segurança dos trabalhadores e das próprias unidades ao anunciar a contratação de "fura-greves", funcionários aposentados e terceirizados.

Tentando minar o movimento, a direção descumprindo medidas judiciais e a própria legislação, anunciando que está providenciando "a contratação imediata de pessoas e serviços, de forma emergencial, para garantir a continuidade operacional em suas unidades durante a greve", denuncia a FUP.

Para tentar negociar com a empresa, diretores da FUP fazem plantão há nove dias na sede da Petrobrás, no Rio de Janeiro, sem sucesso.

Diante da tentativa da empresa de expulsar os dirigentes sindicais, a juíza Najla Rodrigues Abud, do Tribunal da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro, negou o interdito proibitório da Petrobrás.

"A permanência de 5 dirigentes em uma das salas do prédio da empresa, embora incômoda, não impede ou dificulta a continuidade do pleno funcionamento da Petrobrás, tampouco impede a livre movimentação de bens e pessoas", diz a sentença da juíza.

Segundo o quadro nacional da greve divulgado pela FUP, até o momento a paralisação atinge todo o sistema da Petrobrás em 40 plataformas, 11 refinarias, 18 terminais, 7 campos terrestres, 5 termelétricas, 3 UTGC (processamento de gás), 1 usina de biocombustível, 1 fábrica de fertilizantes, 1 fábrica de lubrificantes, 1 usina de processamento de xisto, 1 complexo petroquímico e 3 bases administrativas em 13 estados.



Para tentar barrar greve, Ives Gandra bloqueia as contas de sindicatos

Em mais uma ação para tentar impedir a greve dos petroleiros, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Filho, determinou o bloqueio das contas dos sindicatos que participam do movimento contra o fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen-PR), da Petrobrás. Além do bloqueio, Ives Gandra também liberou contratações temporárias enquanto durar a paralisação.

No último dia, o ministro havia emitido decisão exigindo que 90% dos trabalhadores voltassem ao trabalho com o objetivo de reduzir as possibilidades de mobilização dos sindicatos que lutam contra o fechamento da unidade. A decisão previa ainda multa de R\$ 250 mil a R\$ 500 mil.

Os trabalhadores lutam pela suspensão do fechamento da unidade que, levaria a 396 demissões. Para a Federação Única dos Petroleiros, além das demissões diretas e indiretas, o fechamento da fábrica "vai aumentar ainda mais a dependência da agroindústria brasileira

da importação de fertilizantes".

"Persona non grata"

Ives Gandra foi um dos defensores da reforma trabalhista, sendo considerado pelos juízes do trabalho como "persona non grata" em função de repúdio aprovada no Congresso Nacional dos Magistrados do Trabalho, realizado em maio de 2018.

Em cumprimento à liminar proferida no último dia 4, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) afirma em comunicado que "os sindicatos que não estão realizando piquetes nas unidades. A participação dos trabalhadores na greve é espontânea e se dá pela indignação da categoria com as demissões na Fafen-PR e as medidas unilaterais tomadas pela gestão da Petrobrás, em descumprimento ao ACT. Por isso, a cada dia, crescem as adesões ao movimento".

Na sexta-feira, 7, a greve completou uma semana com adesão em todo o país. De acordo com a FUP, 70 unidades do Sistema Petrobrás em 13 estados aderiram à greve.



Declaração foi de Rogério Marinho, então sec. de Previdência e Trabalho

Governo diz que atrasos no INSS continuarão até o final do ano

Enquanto a população amarga os efeitos do colapso no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), com 1,3 milhão de processos pendentes, o descaso do governo parece não ter fim.

Sem ainda qualquer medida efetiva para solucionar o caos instalado do órgão, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, afirmou que a situação só deve estar normalizada no final do ano. "Outubro, novembro, até o final do ano estará resolvido", disse.

Quando o governo anunciou que contrataria militares da reserva para atuar no INSS, a estimativa do governo era de que o fluxo dos processos só seria equilibrado em "setembro".

Após a rejeição da proposta da contratação de militares por amplos setores da sociedade e a conclusão do Tribunal de Contas da União (TCU) de que a contratação exclusiva de militares seria ilegal, o governo resolveu convocar também funcionários aposentados do INSS e Marinho admitiu que, com isso, o funcionamento do órgão voltaria a andar em "outubro".

A contratação dos funcionários aposentados depende de uma Medida Provisória que, segundo o secretário, o governo ainda está finalizando. Com isso, a expectativa agora é de que o INSS só voltará à normalidade no final do ano. Enquanto isso, a situação dramática de aposentados, pensionistas e demais cidadãos que, em sua maioria, dependem de seus benefícios para sobreviver, segue em desamparo.

Fotos: FUP



A categoria repudia o fechamento de fábrica da Petrobrás no Paraná

Não há exemplo maior de parasita do que o "bookmaker" Paulo Guedes

O ministro Paulo Guedes acusou professores, médicos, bombeiros, assistentes sociais, enfermeiros, policiais, defensores públicos e todos os demais servidores públicos do país de parasitas.

"O hospedeiro está morrendo, o cara virou um parasita", disse ele, na sexta-feira (07), em evento no Rio de Janeiro, onde foi defender reduzir ainda mais os serviços públicos oferecidos à população.

E, sem a menor cerimônia, mentiu solenemente, dizendo que os servidores tiveram aumento de 50% acima inflação.

Ao contrário do que Guedes disse, os servidores públicos federais tiveram que recorrer até ao Supremo Tribunal Federal (STF) para ter direito à reposição da inflação em 2019. Nem a inflação eles queriam pagar. Os reajustes variaram de 4,5% a 6,31%, de acordo com o período avaliado. Não houve aumento nenhum de 50% acima da inflação, como inventou o ministro.

Portanto, estamos diante de um mentiroso e cícnico. Estamos diante de um agente do mercado financeiro que está destruindo a economia do país e, acintosamente, quer jogar a culpa de seu desastre nas costas dos servidores públicos. É ele e sua política de privilégio total aos bancos e especuladores e estrangulamento do setor produtivo que está "matando o hospedeiro". Não há parasita mais escrachado que Paulo Guedes.

As entidades dos servidores reagiram às agressões absurdas de Guedes. "É uma agressão gratuita e desmedida aos 12 milhões de servidores públicos do país. Nós não podemos admitir um nível de insulto tão vil de alguém que deveria zelar pelo funcionalismo público", disse Rudinei Marques, presidente do Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado).

A Fonacate representa 200 mil servidores. Para Rudinei Marques, as agressões do ministro fazem parte de um plano orquestrado para privatizar fatias dos serviços públicos. "Se tem alguém parasitando o Estado brasileiro são os operadores de mercado que ganham dinheiro sem se preocupar com a população", denunciou.

A Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef) também se manifestou. "Como servidores públicos que são, os defensores prestam um serviço de qualidade a milhões de brasileiros que necessitam de assistência jurídica gratuita", afirmou a entidade, em nota.

"Parasita é o sistema financeiro, protegido pelo ministro da Economia, que escraviza o povo brasileiro em benefício de meia dúzia de banqueiros", afirmou o presidente do Sindilegis,

Petrus Elesbão em nota. O sindicato diz já ter acionado seu corpo jurídico para avaliar as medidas judiciais cabíveis contra os insultos do ministro.

Não há nada mais próximo do parasitismo do que a trajetória de vida de Paulo Guedes. Um conhecido golpista do setor financeiro. Foi sócio-fundador do BTG Pactual e é sócio ou membro do conselho de meia dúzia de fundos especulativos, alguns disfarçados por nomes como "GAEC Educação S.A.", que controla oito universidades privadas no país, sob o nome-fantasia de "Anima". Como vemos, não é de graça que este governo ataca tão frontalmente o ensino superior público.

O conhecido bookmaker das rodas financeiras está no governo para cumprir uma missão que é destruir o Estado, vender todo o patrimônio do país, fechar escolas e hospitais, destruir as leis trabalhistas e ganhar muito dinheiro com as negociações daí advindas.

É um desqualificado desse quilate, que nunca construiu nada, que vive de dar golpes nas poupanças dos incautos, que se acha no direito de chamar milhares de servidores de parasitas. Vejamos um pequeno flash da folha corrida do parasita que está destruindo o país.

A Polícia Federal (PF) instaurou em 2018 um inquérito para investigar os "negócios" de Paulo Guedes. Chamou a atenção dos investigadores que os quatro fundos de pensão que mais investiram com Paulo Guedes na época investigada, Previ, Petros, Funcef e Postalis, viraram alvos de investigações.

De acordo com o Ministério Público, depois de receber os recursos dos fundos de pensão, o Fundo BR Educacional investiu o dinheiro de seus cotistas em apenas uma empresa, a HSM Educacional S/A, controlada por Paulo Guedes. Com o investimento dos fundos, a HSM Educacional comprou 100% do capital de outra empresa criada por Paulo Guedes, a HSM do Brasil S/A.

Os investigadores registraram: "Nos chamou a atenção o ágio de 16,5 milhões de reais pago pelas ações da HSM do Brasil, conforme registrado nas demonstrações contábeis". Segundo os investigadores, depois dos investimentos dos fundos de pensão, as atividades operacionais da HSM do Brasil S/A apresentaram prejuízos recorrentes.

A suspeita é que os investimentos dos fundos de pensão tenham sido aprovados sem uma análise adequada e tenham gerado lucros excessivos a Paulo Guedes. Por isso, os procuradores querem saber como os fundos de pensão decidiram investir na empresa de Guedes e como foi aplicado esse dinheiro.

Paulo Guedes é apontado

pela Justiça como um dos beneficiários de fraude que causou prejuízos à fundação responsável pela gestão da aposentadoria dos funcionários do BNDES, a Fapes. Em decisão proferida no dia 3 de julho de 2018, o juiz Tiago Pereira, da Quinta Vara Criminal Federal do Rio, cita Guedes na lista de clientes da corretora Dimarco que obtiveram ganhos atípicos no período em que as fraudes ocorreram.

Segundo o juiz, entre janeiro de 2004 e setembro de 2005, eles manipularam ordens de negociação de títulos na BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros, hoje parte da B3, que gere a bolsa de São Paulo) para lesar a Fapes e favorecer um pequeno grupo de clientes.

As operações deram à fundação prejuízo de R\$ 12,8 milhões no período investigado, enquanto os clientes tiveram lucro de R\$ 5,85 milhões. A GPG, corretora de Guedes e sua esposa, Maria Cristina Bolívar Guedes, lucrrou R\$ 596 mil.

É um elemento com essas credenciais, ou seja, um especulador, um golpista do mercado, que Bolsonaro colocou em seu ministério para fazer a única coisa que ele sabe fazer: negociações e roubalheiras.

Está vendendo o Brasil a troco de gorjetas de grandes grupos estrangeiros. Está sufocando o Brasil com cortes em todas as áreas para garantir que os bancos e especuladores continuem sugando o país, recebendo religiosamente seus juros e batendo recordes de lucros.

Em 2019, segundo dados do Banco Central, o governo pagou aos bancos, só de juros da dívida, R\$ 367,3 bilhões. Guedes cortou verbas em quase todos os setores sociais, 16% a menos na execução orçamentária da Educação, 6% a menos na já combalida Saúde Pública, e por aí vai. Tudo para garantir os seus compromissos "sagrados" com aqueles que o colocaram no governo: os bancos.

Para continuar com essa política desastrosa, a bola da vez agora são os servidores públicos que devem poder ser demitidos e empobrecidos.

A encenação de Guedes na palestra no Rio faz parte do desmonte do Estado, que é, no final das contas, a principal bandeira do bolsonarismo.

Como diz o professor de economia da UnB, José Luis Oreiro, depois de atacar os aposentados e os trabalhadores, "a meta agora é empobrecer os servidores públicos". A agressão gratuita aos servidores é parte deste plano. Ou seja, Bolsonaro ataca o ICMS dos estados, por um lado, e Guedes ataca os servidores federais, por outro. O objetivo dos dois é acabar com todo o serviço público.

Fenacados



Assembleia aprovou o fim da greve Servidores encerram greve na Dataprev após acordo que suspende demissões

Os servidores da Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social) suspenderam a greve nacional da categoria iniciada no início de janeiro, após a empresa se comprometer que não haverá "dispensa de empregados das unidades em processo de desativação", conforme acordo firmado junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Na audiência de mediação no TST, entre entidades representativas dos trabalhadores e a Dataprev, na terça-feira (4), também ficou definido que os dias de paralisação não serão descontados. A greve, que também pressionava pela não privatização da empresa, está suspensa pelo prazo de 30 dias, até o término de todo o processo de negociação.

A autarquia foi incluída na lista de privatizações do governo em janeiro, por meio de decreto presidencial, em

meio à crise que explodiu no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), com as denúncias de cerca de 2 milhões de pedidos de benefícios parados.

A Dataprev é responsável pelo processamento dos dados de 35 milhões de beneficiários previdenciários, pelo CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), que permite a concessão automática de vários direitos sociais, como aposentadorias ou salário-maternidade, além de gerir o sistema eletrônico que faz a liberação do seguro-desemprego, entre outras atribuições.

Apesar da suspensão das quase 500 demissões que estavam previstas, o fechamento das 20 unidades regionais anunciadas pela empresa continua previsto. Segundo o acordo firmado, os servidores dessas unidades devem ser transferidos para outras áreas da empresa ou cedidos ao INSS.



Ex-ministro Torrico no momento da prisão Golpistas bolivianos prendem deputado e ONU denuncia a “perseguição política”

Deputado e ex-ministro Gustavo Torrico, do MAS é preso em La Paz - (PáginaSiete)

A instrumentalização da “Justiça” para a prisão de parlamentares e dirigentes do Movimento Ao Socialismo (MAS), do ex-presidente Evo Morales, fez com que as Nações Unidas voltassem a se pronunciar em defesa dos direitos humanos, do respeito às instituições e o fim do seu uso para a “perseguição política”.

A autoproclamada presidenta Jeanine Áñez, fruto de um golpe de Estado que lotou as prisões e os hospitais, levando à morte e ao exílio inúmeros resistentes, passou a acusar os masistas de “sedição, terrorismo e instigação pública para delinquir”.

A recente prisão do deputado por La Paz, Gustavo Torrico, do MAS, é um destes casos, assinalou o relator Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Independência de Magistrados e Advogados, Diego García-Sayán. “Me preocupa o uso das instituições judiciais e fiscais com fins de perseguição política. Nesta quinta tocou ao ex-ministro Gustavo Torrico. Conclamo ao respeito à independência das instituições e ao devido processo legal”, destacou Diego García-Sayán.

Gustavo Torrico assinalou que “não entendo nem como, nem o porquê de sua prisão, que é totalmente ilegal, uma vez que me apresentei normalmente às autoridades”, tendo prestado todos os esclarecimentos necessários.

ARCE REPUDIA “ASSÉDIO AO MAS”

O ex-ministro da Economia e candidato do MAS à Presidência, Luís Arce Catacora, qualificou de ilegal a detenção de Torrico, “É lamentável que este assédio continue; essa perseguição política a todos os membros do MAS, às organizações sociais e ex-funcionários do governo do nosso ex-presidente Evo. Realmente é necessário repudiar que tais ações continuem, pois o único que fazem é que os bolivianos questionem ainda mais o atual Estado de Direito”, enfatizou Arce.

De acordo com o presidente constitucional, Evo Morales, “esta detenção ilegal é uma prova mais do Estado de Não Direito na Bolívia”. “Minha solidariedade com Gustavo e sua família, vítimas do governo golpista”, frisou.

No sábado passado a Polícia chegou a deter ao ex-ministro César Navarro e ao ex-vice-ministro Pedro Dorado, no aeroporto de El Alto, embora estivessem de posse de salvo-condutos. Como o caso afrontava de forma insustentável o direito internacional e diante de uma onda massiva de protestos, Áñez teve de retroceder.

Mas as perseguições continuam. Na Embaixada do México na Bolívia continuam refugiados os ex-ministros de Presidência e Governo Juan Ramón Quintana e Hugo Moldiz, bem como o ex-chefe da Defesa, Javier Zavaleta, o ex-governador de Oruro, Víctor Hugo Vázquez, e o ex-diretor de Governo Eletrônico, Nicolás Laguna.

Advogados franceses saem às ruas contra o ataque à Previdência

Advogados, médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, pilotos de linhas aéreas, convocados por seus órgãos profissionais, se manifestaram em Paris, na segunda-feira, 03, contra a reforma da previdência pretendida pelo governo de Emmanuel Macron. Dois meses depois da primeira mobilização nacional, a marcha partiu da Praça da Bastilha e se concentrou diante do Opéra. Também aconteceram protestos em várias outras cidades da França, como em Bordéus e Anney, onde se uniram advogados e profissionais da saúde.

Recentemente aumentaram as ações de protesto dos profissionais da Justiça contra a reforma, interrompendo em muitos momentos a atividade dos tribunais.

Olivier Cousi, presidente do Colégio de Advogados de Paris, disse que se tratava de uma mobilização “histórica” de «advogados revoltados», se somando “a muitos outros setores do povo francês”.

Philippe Martinez, secretário-geral da Central Geral dos Trabalhadores (CGT),

entidade que lidera os protestos desde o dia 5 de dezembro, assinalou que “cada vez mais a mobilização joga um papel decisivo para barrar o retrocesso”. “Querem cortar os valores dos benefícios e aumentar para 64 anos a idade mínima para a aposentadoria integral, dois anos a mais do que está em vigor atualmente, o que é um completo acinte”, sublinhou. Além disso, alertou, são políticas neoliberais que buscam arrochar os valores reunindo os diversos critérios de aposentadoria para um regime único.

«Sete de cada dez franceses (70%) acreditam que o movimento de protesto deve continuar, frente a 29% que acha que deve acabar», segundo uma recente pesquisa de BVA de 25 de janeiro citada pelo jornal Le Point.

No final da tarde, centenas de advogados se reuniram perto do Ministério da Justiça, no centro de Paris, para exigir a renúncia da Ministra de Justiça, Nicole Belloubet.

Ver matéria na íntegra em horadopovo.com.br

Prof. Khanin: “Racismo de Netanyahu é ameaça a israelenses e palestinos”



Dov Khanin, ao lado das bandeiras de Israel e Palestina, segura placa com dizeres ‘Paz Israel – Palestina’ em hebraico e árabe em ato contra plano Trump

‘Parasita’: Filme vencedor do Oscar expõe violência da desigualdade na Coreia do Sul

O ganhador do Oscar 2020, no domingo, foi o sul-coreano ‘Parasita’, que levou quatro estatuetas, sendo o melhor das principais categorias: Roteiro Original, Filme Internacional, Direção e Filme. Ganhador da Palma de Ouro no Festival de Cannes de 2019 e é o primeiro longa-metragem de fala não inglesa a ficar com o Oscar de Melhor Filme.

A criativa e eloquente comédia de humor negro do diretor Bong Joon-ho relata o drama de parentes pobres que conseguem se infiltrar no dia-a-dia de uma família rica. A partir daí, retrata com acidez o cada vez mais cruel fosso existente entre as classes sociais, aprofundado pela violência da crise e da concentração de renda na Coreia do Sul.

Sofrendo com o desemprego e sobrevivendo em um porão sujo e apertado, um dos filhos começa a lecionar inglês à filha abastada e, em choque com a desigualdade, começa a tramar a saída do buraco.

Agradecendo à Academia pelo reconhecimento, Bong Joon-ho disse que gostaria de “dividir o troféu e compartilhar com todos vocês” e dedicou este primeiro Oscar à Coreia do Sul, por tudo o que representa.

INVESTIMENTO PÚBLICO

“Bom saber que o cinema coreano tem forte investimento público em formação, produção e exibição”, ironizou o cineasta Kleber Mendonça, diretor do consagrado Baurau, frisando que “lá filme de boneco americano também passa, mas não toma 93% das salas porque isso é proibido,



Filme ‘Parasita’ retrata uma sobrevivência difícil

tem lei de proteção ao filme nacional. Como deve ser”.

Na avaliação da cineasta Pietra Costa, “foi um dia histórico para o cinema internacional”. “Viva Parasita, sua crítica social e seu humor genial”, escreveu a brasileira, que também concorreu ao Oscar de melhor documentário com ‘Democracia em Vertigem’.

Nesta categoria, a estatuetas ficou com o filme “Indústria Americana”, que aborda as relações de trabalho em uma empresa chinesa, fabricante de vidros automotivos. Instalada nos EUA, a firma passa a contratar americanos para ser sua mão de obra, precisando treiná-la para estar apta a seu ritmo.

Para Júlia Reichert, codiretora do documentário vencedor, “Indústria Americana é um filme de Ohio, mas também da China, e poderia ser de qualquer lugar onde as pessoas vestem um uniforme e vão trabalhar para trazer uma vida melhor para sua família”. “Trabalhadores e operários têm uma vida cada vez mais difícil. E nós acreditamos que a vida vai melhorar quando os

trabalhadores do mundo se unirem”, sublinhou Reichert, referindo-se à frase “trabalhadores do mundo, uni-vos”, do Manifesto Comunista, de Marx e Engels.

Embora tenha sido o filme que recebeu mais indicações – estava disputando em 11 categorias –, ‘Coringa’ recebeu somente dois prêmios, com Joaquin Phoenix tendo seu favoritismo confirmado por melhor ator e melhor trilha sonora original. Outro bastante prestigiado, ‘1917’ acabou recebendo apenas três estatuetas em categorias técnicas: melhor mixagem de som, melhor fotografia e melhores efeitos visuais.

Muito aplaudido foi o ator Brad Pitt que, ao agradecer o prêmio de Melhor Ator Coadjuvante, referiu-se ao tempo que tinha para falar durante a solenidade do Oscar, 45 segundos, destacou: “É mais do que o que foi dado a John Bolton”, referindo-se ao fato do Senado norte-americano ter vetado a audição de testemunhas-chave no processo de impeachment de Trump.

Berlim enfrenta monopólio imobiliário: congela os aluguéis por cinco anos

“Moradia para todos”, exigem berlinenses nas ruas da capital alemã - foto AFP

O governo de Berlim aprovou o congelamento dos aluguéis por cinco anos com severas multas contra os infratores. As multas podem chegar a 500 mil euros.

A medida, aprovada no dia 30 de janeiro, acontece após crescentes manifestações de moradores durante os últimos anos. Pesquisas realizadas por órgãos de governo mostram que o valor dos aluguéis teve aumento de 104% nos últimos 10 anos.

Quando o muro de Berlim foi derrubado, mais de 40 mil pessoas – especialmente jovens – se transferiram para a capital para estudar ou atrás de oportunidades de trabalho exatamente porque os aluguéis eram mais baratos que nos demais pontos do país.

A massiva privatização de imóveis com o fim do governo socialista favoreceu uma ampla oferta, de início mas, empresários aproveitaram a oportunidade para um assalto aos bens públicos e adquiriram em massa apartamentos a preços irrisórios. Foi o caso da Deutsche Wohnen, que possui 114 mil imóveis na capital alemã. A segunda empresa do setor, Vonovia, tem cerca de 44 mil.

Uma vez monopolizado o setor imobiliário, os preços começaram a subir e a tal pon-



Carestia habitacional levou multidão às ruas de Berlim

(A Esquerda).

A nova lei deve atingir cerca de 1,5 milhão de apartamentos. Só os imóveis que acabarem de ser construídos, isto é, depois da medida é que ficarão de fora.

Como de costume, as empresas que possuem imóveis criticaram a medida porque, segundo eles, isso levaria a uma queda dos investimentos no setor na capital. A verdade é bem distinta. A maior das imobiliárias, a Deutsche Wohnen, tem utilizado seus vastos lucros para comprar imóveis usados e não para construir e assim aumentar a monopolização dos aluguéis em suas mãos.

“Há uma massiva venda de imóveis na cidade”, alertou um dos residentes na capital alemã, Paul Alfred Kleinert, presente ao evento.

(A Esquerda).

A nova lei deve atingir cerca de 1,5 milhão de apartamentos. Só os imóveis que acabarem de ser construídos, isto é, depois da medida é que ficarão de fora.

Como de costume, as empresas que possuem imóveis criticaram a medida porque, segundo eles, isso levaria a uma queda dos investimentos no setor na capital. A verdade é bem distinta. A maior das imobiliárias, a Deutsche Wohnen, tem utilizado seus vastos lucros para comprar imóveis usados e não para construir e assim aumentar a monopolização dos aluguéis em suas mãos.

“Há uma massiva venda de imóveis na cidade”, alertou um dos residentes na capital alemã, Paul Alfred Kleinert, presente ao evento.

“A política nefasta de Netanyahu danifica Israel e a imagem dos judeus em todo o mundo”, diz Dov Khanin, ex-deputado, jurista e professor universitário. Ele concedeu entrevista ao HP na região central de Tel Aviv. “Sem uma solução de paz não há futuro para Israel”, afirma Dov

A matéria que segue é uma entrevista com o professor Dov Khanin*, que foi deputado do parlamento israelense (o Knesset) por 13 anos. Na entrevista, realizada no Arcafé, próximo à estação de trem Hahaganah, Tel Aviv, no dia 28, Dov Khanin alerta que “Netanyahu é o primeiro-ministro mais perigoso que Israel já teve”. Uma hora antes da entrevista, Netanyahu desistiu de seu pleito, vendo que seu pedido de imunidade exclusiva para evitar a ida à cadeia por suborno, fraude e quebra de confiança seria derrotado. Agora, já indiciado pela Procuradoria Geral de Israel, aguarda o início do julgamento. Como disse Dov, “teremos um primeiro-ministro sentado no banco dos réus”

NATHANIEL BRAIA, de Tel Aviv

Segue a entrevista com Dov Khanin, personagem central do documentário que relata sua vida, intitulado “Camarrada Dov”, dirigido por Barak Heymann:

Nathaniel Braia - Dia 2 de março haverá novas eleições, o que você espera em termos de resultados?

Dov Khanin – A minha esperança é de que a Era Netanyahu termine. Netanyahu é o primeiro-ministro mais perigoso desde que Israel existe. E o mais direitista. Não é que não houve primeiros-ministros direitistas no passado. Não estou com saudades do passado. Mas ocorre que Netanyahu é mais perigoso que os outros, por sua agenda que se reflete nas atitudes dele também no que tange à democracia no interior da sociedade israelense, pela forma como vem agindo e também pela nefasta atuação racista que escolheu.

É uma agenda que antes se via desta forma, tão claramente pronunciada, nos adeptos do rabino Kahane (norte-americano, fundador das correntes judaico-supremacistas Jewish Defense League, nos EUA e Raq Kach, em Israel) que tratam os árabes israelenses e a esquerda como inimigos. A diferença é que eles eram muito poucos e inteiramente relegados a uma condição de isolamento no quadro político israelense.

Netanyahu pega essa política kahanista e a coloca no centro do palco.

O seu perigo está presente também do ponto de vista regional. Netanyahu busca a guerra. E não é uma guerra pequena, localizada como a que tivemos com o Líbano ou com a Síria, mas uma guerra regional com o Irã. Colocando a região em situação de risco de guerra e mesmo com implicações mundiais difíceis de se prever.

Então é muito, muito importante fazer um grande esforço e tirar Netanyahu.

Esse é, do meu ponto de vista, o grande alcance e o objetivo das eleições que se avizinham.

N.B. – E os principais opositores?

Dov – É verdade que não tenho muita expectativa com relação aos principais partidos que se enfrentam com Netanyahu, a coalizão Kahol Lavan (Azul e Branco) não representa soluções verdadeiras para a sociedade israelense. Mas, ainda, é bem menos ruim que Netanyahu.

N. B. – Qual a base para a construção de uma frente ampla com soluções verdadeiras?

Dov – É preciso construir uma frente que tenha respostas à questão da paz. Uma paz que forneça justiça e independência para os dois povos. Aos israelenses e aos palestinos. A solução deve entender que os dois povos possuem anseios legítimos e a precisa ser uma justa para ambos.

Essa configuração deve ter uma agenda social que busque a igualdade. A sociedade israelense é muito, muito desigual, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista social. E essa força política deve se enfrentar com essa desigualdade. E deve promover uma agenda democrática. Não apenas no sentido da democracia liberal, mas democracia

para os grupos minoritários que existem na sociedade israelense. Por exemplo, a desigualdade que afeta a sociedade árabe palestina, que é parte do Estado de Israel.

Essa formação deve trazer caminhos para estas três questões: a democrática, social e a nacional israelense palestina. Isso por um lado. Também precisamos ser capazes de falar às pessoas que pensam diferente. Não interessa construir outra moldura de esquerda fechada em si própria, com a justiça interna dela e com a verdade interna a ela. Mas uma esquerda que tenha capacidade de chegar a outros cantos e a outras formações na sociedade israelense.

Esse é um grande desafio. Desenvolver a capacidade de propor soluções. Com base em princípios da esquerda, mas com capacidade de olhar nos olhos de pessoas com outras definições e dialogar com outras forças na sociedade israelense.

N.B. – E quanto aos judeus de fora de Israel?

Dov – Netanyahu, como premiê, utiliza os judeus de fora de Israel e usa também o assunto do antissemitismo em função dos seus interesses e de sua política. Do ponto de vista dele, os judeus no mundo são um instrumento de um jogo. Um instrumento do qual Netanyahu faz uso de forma muito, muito cínica.

Antes de tudo precisamos lembrar o fato de que o próprio Netanyahu é próximo de antissemitas convictos na Europa. De Orban, que já afirmou seu antissemitismo na Hungria; do governo antissemita da Polónia. Ele se dá bem com os antissemitas da Ucrânia que reabilitam Stepan Bandera (refere-se aos colaboracionistas que apoiaram a invasão nazista à Ucrânia), constroem estátuas dele e de pessoas como ele, que assassinaram judeus nas praças das cidades ucranianas.

Netanyahu dá a estas pessoas legitimidade através das suas conexões com estes líderes de direita e racistas. Diz a eles: “Se vocês são meus amigos, então não podem ser antissemitas”, ao mesmo tempo em que se sabe que são, sim, antissemitas.

Então a aliança de Netanyahu com antissemitas antigos e novos, mundo afora, é uma aliança desqualificada. Mas, é fato central, a aliança entre Netanyahu e as forças de direita que, infelizmente têm tido um crescimento em diversas partes.

Como disse, ele usa os judeus. Todo aquele que critica Netanyahu é designado como antissemita. E isso não é verdade, não é correto. Eu sou judeu. Sou patriota israelense. Me preocupo muito com o futuro do meu povo. E é exatamente por ter estas preocupações que me oponho a ele. Porque entendo que Netanyahu coloca em risco o futuro do meu povo. Coloca em perigo a vida dos meus filhos. Eu me oponho a Netanyahu, portanto, como patriota, não como antissemita.

Então, eu repito, qualquer crítica a Netanyahu é vista como “antissemita” e isso cria uma situação de falsificação do termo “antissemitismo”, banaliza e acaba tornando, pelo lado oposto, o antissemitismo como algo legítimo.

Veja bem: se criticar Netanyahu é antissemitismo e se tem muita gente querendo criticar Netanyahu, então tem muita gente que é antissemita...

Vemos então que, por intermédio dessa política, acaba dando legitimidade ao antissemitismo. Claro que isso é muito triste e hoje há muita crítica a Israel no mundo.

A questão palestina tornou-se uma questão importante para muitas pessoas no mundo inteiro, o povo palestino é um dos últimos povos no mundo que permanece sob dominação militar e as pessoas são contra isso. Claro, isso atinge a imagem de Israel e também a dos judeus que apoiam Israel e se tornam, aos olhos de todos como aqueles que não concordam com isso, vistos como simpáticos aos opressores.

Veja entrevista na íntegra em horadopovo.com.br

França chama europeus a deter corrida armamentista de Trump



Jornalista Günter Wallraff (c); ex-ministro de Relações Exteriores, Sigmar Gabriel (d) e o ex-ministro do Interior Gerhart Baum (e) em conferência de imprensa em Berlim.

'Libertação de Assange, já!', exigem lideranças alemãs

Mais de 130 lideranças políticas, artistas e jornalistas da Alemanha se uniram na quinta-feira, em Berlim, em defesa da "imediate libertação de Julian Assange", "por razões humanitárias e do cumprimento dos princípios do Estado democrático de direito".

A perseguição ao fundador do WikiLeaks, frisaram, e a sua manutenção na prisão de segurança máxima de Belmarsh – conhecida como a "Guantánamo britânica" – representa uma agressão à liberdade de imprensa, uma transgressão inaceitável às regras da própria convivência humana, pois procura penalizar de forma cruel quem buscou garantir que a informação circule e a verdade venha à tona.

Nas palavras do jornalista Günter Wallraff, responsável pela roda de imprensa da campanha, "Assange não poderia esperar um julgamento nos Estados Unidos nem um processo de extradição no Reino Unido, de acordo com o Estado de direito".

O fundador do WikiLeaks está sendo obstaculizado em tudo, assinalou, desde o início, já nos preparativos da sua defesa, e recordou que o próprio relator especial das Nações Unidas, Nils Melzer, confirmou que Assange apresentou sinais de ter sido submetido à tortura psicológica.

O ex-ministro alemão de Relações Exteriores, Sigmar Gabriel, apontou que, segundo os seus parâmetros, a Inglaterra e os Reino Unido e Estados Unidos são Estados de direito, porém "por razões políticas", neste caso, "aparentemente não há garantias de um processo" que respeite os princípios básicos e elementares de legalidade. Acrescentou que não se trata de se Assange teria ou não praticado um delito, mas que, "nas condições atuais, ele não pode fazer uso dos seus direitos elementares, que são garantidos a todos os acusados". Ou seja, "não pode se preparar física e mentalmente e nem contar com a ajuda de advogados para uma defesa adequada". Por isso, enfatizou, "deve ser colocado em liberdade".

Entre as personalidades alemãs que se somaram ao abaixo-assinado que está mobilizando o país, sublinhou Günter Wallraff, se encontram dez ex-ministros – entre eles três de Justiça –, escritores como Elfride Jelinek, Eva Menasse e Eugen Ruge.

Protesto contra Piñera sacode estádio de futebol no Chile

O jogo entre os times Universidad de Chile e Internacional, que aconteceu no estádio Nacional em Santiago, na terça (4), teve fortes protestos nas arquibancadas, com cadeiras jogadas na pista de atletismo, setores quebrados e até um princípio de incêndio.

Chegando ao fim da partida válida pela segunda fase da pré-Libertadores, muitos torcedores chilenos com faixas contra o presidente Sebastián Piñera começaram a retirar cadeiras e arremessá-las, com a maioria delas chegando até a pista de atletismo. Algumas inclusive caíram no gramado.

Na parte Sul do estádio, a torcida incendiou alguns objetos, criando um fogo de proporções perigosas para um local com grande quantidade de pessoas. Muita confusão já ocorria fora do estádio desde o início da partida, mas no segundo tempo o protesto de torcedores se acirrou. A revolta no Chile chegou ao futebol quando, há alguns dias, um enfrentamento envolvendo torcedores do Colo-Colo contra a polícia chilena resultou na morte de um rapaz, gerando mais protestos nos jogos do campeonato local durante o final de semana e, também, na partida pela Libertadores.

Durante os protestos, os caribineiros – policiais locais – não se mexeram. Os meios locais avaliam que temiam que a situação pudesse ficar pior em caso de conflito. As imagens do protesto não foram mostradas pela Conmebol durante a transmissão. Todos os relatos foram feitos por jornalistas gaúchos que estavam no estádio cobrindo a partida para os veículos esportivos do Rio Grande do Sul.

Desde outubro do ano passado, os chilenos têm protestado contra privatizações, custo de vida elevado, previdência privada, precariedade na educação e o aumento da desigualdade econômica do país. Tudo começou com uma ação contra o aumento na tarifa do metrô da capital Santiago, e os protestos se estenderam para o resto do país. As reivindicações colocadas pelos manifestantes ganharam abrangência e surgiram exigências generalizadas: aposentadoria digna, redução do preço dos medicamentos, alívio no endividamento dos chilenos, salários decentes, custo de vida controlado, melhora no transporte público, gratuidade nas universidades, etc.

As equipes empataram em 0 a 0 e no próximo dia 11, no estádio Beira-Rio, Inter e Universidad de Chile definem a classificação à próxima fase do campeonato de futebol mais importante da América Latina.



Macron alerta em seu discurso na Ecole Militaire de Paris para a corrida armamentista que ameaça a Europa após EUA ter posto fim ao Tratado INF

Trump demite um embaixador e dois altos funcionários que depuseram no impeachment

Apesar do ditado de que "vingança é um prato que se come frio", o presidente Donald Trump mandou demitir na sexta-feira três altos funcionários de seu governo, que testemunharam na Câmara dos Deputados confirmando as denúncias contra ele. Rápida retaliação que a mídia dos EUA apelidou de "massacre de sexta-feira à noite".

O tenente-coronel do Exército dos EUA, Alexander Vindman, tido como o principal especialista ucraniano no Conselho de Segurança Nacional (CSN), foi escotado para fora da Casa Branca, após receber cartão vermelho.

Segundo seu advogado, David Pressman, Vindman foi demitido "por dizer a verdade".

Destino idêntico teve o embaixador dos EUA junto à União Europeia, Gordon Sondland, cujo depoimento meia-boca não contentou a Casa Branca. Ele não atendera à ordem de Trump para que seus subordinados, ainda que intimidados, não comparecessem na Câmara para depor.

Sondland, cuja credencial para ter virado embaixador na UE foi o volume das doações para a campanha de Trump de 2016, admitiu na Câmara que estava seguindo os ordens do presidente quando pressionou as autoridades ucranianas a realizarem as investigações exigidas em telefonema prévio.

"Me informaram hoje de que o presidente tem a intenção de me demitir de forma imediata como embaixador dos Estados Unidos na União Europeia", informou Sondland em comunicado. "Agradeço ao presidente Trump por ter-me dado a oportunidade de servir", acrescentou.

O dono de hotéis agraciado com cargo de embaixador chegou a admitir no depoimento que havia trabalhado estreitamente com o advogado pessoal de Trump, Rudy Giuliani, que atuava para obter de Kiev a investigação da Burisma (Biden) e dos vínculos da Ucrânia com o Comitê Nacional Democrata



O tenente-coronel Alexander Vindman, do Conselho de Segurança Nacional e Gordon Sondland, embaixador dos EUA na UE, foram demitidos por Donald Trump

na eleição de 2016 (o famoso "quid pro quo").

"Como sempre, a Casa Branca foge da verdade", sublinhou o líder da minoria no Senado, Chuck Schumer, que considerou as demissões "sinal de fraqueza" de Trump.

A investida de Trump foi comparada ao chamado massacre de sábado à noite do presidente Nixon, quando oficiais do Departamento de Justiça renunciaram após se recusarem a demitir o promotor especial que investigava o escândalo de Watergate.

ESCOLTADO PARA FORA

Também o irmão gêmeo de Vindman, Yevgeny, igualmente tenente-coronel e que trabalhou como advogado no NSC, foi escotado para fora da Casa Branca. Foi de Yevgeny o parecer liberando o manuscrito do livro de John Bolton – aquele que o Senado, por linhas partidárias, se recusou a ver, ou a deixá-lo testemunhar.

Nascidos na Ucrânia, Alexander e Yevgeny imigraram para os EUA quando crianças. Os dois serão devolvidos a uma escriturinha em algum canto do Pentágono.

E de Vindman (o mais velho) a frase "eu não podia acreditar no que estava ouvindo", confirmada por ele em novembro diante da comissão de investigação da Câmara, sobre o telefonema entre Trump e o novo

presidente ucraniano, cujo vazamento desencadeou o processo de impeachment, afinal barrado há dois dias no Senado.

Foi essa declaração de Vindman o fio da meada para o avanço da investigação de impeachment na Câmara controlada pelos democratas, já que a acusação inicial partira de um agente da CIA sob anonimato, que dizia ter ouvido de segunda mão a história.

A jornalista na Casa Branca, Trump voltou a posar de vítima dos democratas da Câmara e seu conluio com funcionários do governo. Indagado sobre Vindman, o presidente bilionário disse "não estar feliz com ele". "Você acha que eu deveria estar feliz com ele?"

No sábado, Trump tuitou que Vindman "denunciou incorretamente o conteúdo dos meus telefonemas 'perfeitos'" e asseverou ter recebido do superior do oficial demitido um relatório "horrendo" a respeito dele, por "problemas de julgamento e vazamento de informações".

Nem com ele e, certamente, menos ainda com o senador Mitt Romney – o único republicano a votar que, sim, Trump cometeu abuso de poder – ou com a presidente da Câmara, Nancy Pelosi. "Tenho certeza de que Trump está furioso por não poder demitir Pelosi", disse a deputada democrata Jackie Speier.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Antiviral cubano produzido na China é adotado no combate ao coronavírus

O antiviral Interferon alfa (IFNrec), um produto líder da biotecnologia de Cuba, é um dos medicamentos utilizados para enfrentar a epidemia de coronavírus que afeta a China

O medicamento foi escolhido pela Comissão Nacional de Saúde do país asiático "pelo seu potencial para curar a enfermidade respiratória", declarou o embaixador cubano na China, Carlos Miguel Pereira. De forma massiva, o IFNrec vem sendo produzido a partir do dia 25 de janeiro na fábrica mista de Chan-

gHeber, em Changchun, na província de Jilin.

"A planta chinesa-cubana Changheber produz desde o primeiro dia do Ano Novo Lunar o Interferon alfa com o uso de tecnologia cubana. A Comissão de Saúde da China selecionou nosso produto entre os utilizados na luta contra o coronavírus", comemorou o presidente Miguel Dias-Canel em sua conta no twitter.

Conforme os cientistas, entre outras enfermidades, o IFNrec está sendo aplicado contra infecções

virais causadas pelo HIV, a papilomose respiratória recorrente causada por papilomavírus humano, hepatites dos tipos B e C.

A ChangHeber, da mesma forma que a Biotech e a Changchun Heber Biological Technology, é resultado da cooperação entre Cuba e China na área da biotecnologia.

De acordo com as autoridades cubanas a Ilha não registra nenhum caso confirmado, ainda que existam pessoas isoladas com "sintomas dos que caracterizam a enfermidade".

O presidente francês convocou europeus a "não permanecerem espectadores" frente à decisão de Trump de acabar com o Tratado INF para trazer de volta mísseis banidos do continente há 30 anos

O presidente da França, Emmanuel Macron, alertou as nações europeias sobre uma nova corrida armamentista em território europeu, em consequência do fim do Tratado INF – que proibiu mísseis com armas nucleares de alcance médio no teatro europeu por 30 anos – por iniciativa do governo Trump, assim como à ameaça de Washington de deixar o último acordo de controle de armas nucleares estratégicas com os russos, o Novo Start, que expirará no próximo ano se não for renovado.

Em discurso na Ecole Militaire de Paris na sexta-feira (7), Macron convocou os países europeus a "não permanecerem espectadores" diante dessa ameaça à segurança coletiva do continente.

Na "ausência de uma estrutura legal", os países europeus poderiam enfrentar rapidamente uma nova corrida por armas convencionais, mesmo armas nucleares, "em seu próprio solo", advertiu o líder francês.

O tratado Novo START é o último acordo de controle de armas estratégicas ainda em vigor entre Moscou e Washington, desde que em fevereiro do ano passado, a Casa Branca anunciou sua saída do tratado INF, assinado por Reagan e Gorbachev em 1987 e que proibiu todos os mísseis terrestres com alcance de até 5.500 quilômetros, tirando o continente europeu da alarmante situação de estar a minutos da hecatombe nuclear, tempo que levava para um míssil instalado na Europa atingir as principais capitais europeias, como Londres, Moscou, Paris e Berlim.

Há uma forte necessidade de a Europa garantir que ela não se encontre no meio de um impasse no estilo da Guerra Fria, "que poderia comprometer a paz obtida após tantas tragédias em nosso continente", reiterou Macron.

Ele alertou sobre "a possibilidade de uma competição militar e nuclear pura e irrestrita,

coisas que não vimos desde o final da década de 1960".

Para Macron, os países europeus também devem insistir em ser signatários de qualquer novo acordo entre os EUA e a Rússia para limitar o desenvolvimento de novas armas de alcance intermediário.

"Sejamos claros: se negociações e um tratado mais abrangente são possíveis... os europeus devem ser partes interessadas e signatários, porque é o nosso território", acrescentou.

Em seu discurso, Macron também ofereceu aos parceiros europeus a participação nos jogos de guerra das forças de dissuasão francesa. Após a saída da Grã Bretanha da União Europeia, a França é a única potência nuclear do bloco. Recentemente, Paris rejeitou uma sugestão de um líder do partido da chanceler alemã Angela Merkel, Johann Wadepuhl, de colocar suas capacidades de dissuasão nuclear sob os auspícios da UE ou da Otan.

Defendendo a restauração do diálogo com Moscou, Macron ressaltou que "não pode haver projeto de defesa e segurança para os cidadãos europeus sem uma visão política que busque restaurar progressivamente a confiança na Rússia".

"Não podemos aceitar a situação atual, onde o abismo se aprofunda e as conversas diminuem, mesmo quando os problemas de segurança que precisam ser tratados com Moscou estão se multiplicando", acrescentou.

Declaração que é nova sinalização da disposição de tirar a Europa do impasse com a Rússia decorrente de ter endossado as sanções contra Moscou, por causa da população da Crimeia não aceitar o golpe de estado da CIA na Ucrânia de 2014 que colocou no poder os fascistas e ter em referendo decidido se reunificar com a Rússia, como fora na maior parte dos últimos 300 anos. A França é um dos garantidores dos Protocolos de Minsk, no chamado Formato Normandia, para solucionar a crise na Ucrânia.

Moscou denuncia restrições dos EUA na ONU a diplomatas russos e de Cuba

O embaixador da Rússia na ONU, Vasily Nebenzia, denuncia que as dificuldades impostas aos diplomatas de diversos países que buscam entrada nos Estados Unidos, para representarem seus países na ONU, se avolumam cada vez mais.

Segundo ele as representações mais atingidas são as de Cuba e do Irã, mas também a de seu país, a Rússia e, ainda, as de diversos outros. "Não há melhorias importantes nesta situação que não se limita à Rússia ou à emissão de vistos".

"Uma pilha de problemas relacionados está se acumulando. Também o confisco ilegal de imóveis no nosso caso e ainda as limitações à circulação de diplomatas de alguns países, como Cuba, obrigados a permanecer em Manhattan. Diplomatas obrigados a se mudar de seu país com sua missão à sede da ONU, amarrada por um fio", denuncia Nebenzia.

Não é a primeira vez que tais atropelos à representação internacional na sede da Organização das Nações Unidas é denunciada. Nebenzia se junta às vozes que questionam a validade da permanência da sede da ONU em um país que se manifesta de forma tão hostil a tantos outros e a suas delegações diplomáticas.

Há já uma movimentação de diplomatas que propõem a utilização da seção 21 do acordo entre a ONU e os EUA para forçar os Estados Unidos a se submeter a uma arbitragem internacional com vistas a uma mudança de atitude se quer continuar sediando a entidade internacional.

Segundo o embaixador russo, o secretário geral da ONU "não está apenas ciente do problema, mas está realmente preocupado e conversando com representantes do país anfitrião".

Nebenzia deixa claro que a situação vexatória criada pelos órgãos de Washington que tratam das relações com delegações diplomáticas não pode continuar: "Nem um ano, nem dois, nem três, nem décadas, é claro. É uma questão que precisa ser resolvida imediatamente ou, para ser exato, isso deveria ter sido resolvido há muito tempo".

Nebenzia também questionou a continuidade das sanções impostas ao Irã pelo Conselho de Segurança da ONU, uma vez que o governo iraniano firmou o acordo que incluiu o desenvolvimento de energia nuclear denominado Plano de Ação Conjunta Global (JCPOA, na sigla em inglês).

Segundo Nebenzia, tais sanções perderam a razão de ser: "A verdade é que as sanções impostas contra o Irã pelas resoluções anteriores do Conselho de Segurança pretendiam fazer o Irã se sentar à mesa de negociações e chegar a um acordo sobre seu programa nuclear e, nesse sentido, elas alcançaram seu objetivo".

O diplomata enfatizou que o Irã "estava sentado na mesa de negociações que levou à assinatura do JCPOA no programa nuclear da República Islâmica do Irã – que é, como muitos dizem, uma das maiores conquistas da diplomacia multilateral nos últimos anos – portanto, essas sanções perderam a razão de ser".

A monarquia corrupta: o roubo das joias da coroa-3

Continuação da edição anterior

A questão, resumindo de maneira rápida, é: por que os bolsonaristas são tão afeitos à monarquia, uma sobrevivência feudal – em nosso caso, escravagista – da qual nos livramos há 130 anos?

CARLOS LOPES

Esta santa senhora esforçava-se por contrabalançar com as suas virtudes os excessos do duque.

Em atenção a ela, algumas pessoas de consideração permaneciam na roda perigosa do marido. Por essa razão, os amigos do duque não eram todos da ordem dos alegres companheiros de passeio pelas ruas de Anatópolis.

A estes, costumava o grande fidalgo dar a honra da sua companhia durante o verão. Aos sábados, porém, vinha só, ou com a duquesa, visitar a quinta de Santo Cristo.

Na época que começavam os sucessos da nossa história, apesar do estio, não se achava o duque em Anatópolis.

Viera de lá por um dos sábados.

Tinha de voltar na segunda-feira e já o povo anatópolitano se preparava para recebê-lo, entre regozijos e foguetes. Mas o duque, não apareceu. Era uma grave contrariedade para aqueles felizes desocupados. Tinham talvez de passar uma semana sem ver na rua a esplêndida e branca figura do fidalgo de chapéu Chile.

Um desgosto para eles e um motivo de tristeza para a cidade.

Faltar aos seus habituais não era regra do duque. Pelo contrário. Ele era o que se pode chamar a pontualidade em pessoa. A pontualidade, porém, possui um sério inimigo que, aliás, não é incompatível com ela: o capricho.

O duque era um homem caprichoso. Ainda uma consequência do servilismo dos maus educadores.

Como homem caprichoso, não era de admirar que deixasse uma vez de se apresentar em Anatópolis conforme o costume.

O duque de Bragantina tivera na verdade um dos seus caprichos.”

MOTIVAÇÕES

Tínhamos planejado o que está acima como uma continuação de “Os monarco-bolsonaristas e seu passado radiante”. A questão, resumindo de maneira rápida, é: por que os bolsonaristas são tão afeitos à monarquia, uma sobrevivência feudal – em nosso caso, escravagista – da qual nos livramos há 130 anos?

Pois existem poucas coisas mais atentatórias ao nosso “ethos” – à nossa nacionalidade, ao que se pode chamar “caráter nacional”, desenvolvido historicamente desde o Descobrimento (e, especialmente, desde a Independência) – que a promoção da monarquia à Idade de Ouro da História do Brasil.

Equivala, claro, à promoção da Idade Média a período mais glorioso da Humanidade.

Aliás, é essa a pregação do ideólogo (cáspite) de Bolsonaro (v. HP 07/03/2019, **A Teocracia do Tiro, Porra-da e Bomba**).

Porém, deixaremos para um próximo trabalho as questões de fundo que estão implícitas no ataque à Proclamação da República – e nessa narrativa (pois não é outra coisa) sobre a monarquia.

Essa análise, da qual empreendemos uma parte (v. V. HP 14/01/2015 a 06/03/2015, O nascimento da República e os jabutis em cima das árvores; e, também, HP 12/08/2016 a 07/10/2016, A revolta dos escravos e o fim do Império) é imprescindível, porque não é somente o imbecil do Weintraub, com apoio do chefe, que ataca a Proclamação de 15 de novembro de 1889, chamando-a de “golpe”.

Aliás, se é possível ver algum mérito no bolsonarismo, esse consiste em expor, agudamente, qual o conteúdo ideológico de certas abordagens – meros preconceitos e até alucinações direitistas, reacionaríssimas, na historiografia.

Entretanto, por agora, atendo-se ao aspecto político, frisamos apenas que o primeiro motivo dessa fraude em relação à monarquia, evidentemente, é que o bolsonarismo é sempre fascinado por tudo o que há de retrógrado, podre e ultrapassado na História. Do nazismo à monarquia – e à Inquisição.

Caso contrário, não seria bolsonarismo – basta olhar para o elemento que lhe deu o nome, para percebê-lo.

Mas chamam atenção dois outros motivos – evidentemente, correlatos, ou que não são independentes, do primeiro: o aspecto ditatorial, antidemocrático, da monarquia – sobretudo no Brasil, onde foi um regime de senhores de escravos – e o poço de corrupção que essa monarquia cavou – e se afundou.

Sobre o primeiro aspecto, quase que somente bastam as palavras de Antônio Carlos de Andrada, em 1841, na discussão das “leis regressistas”:

“O princípio regulador de um povo livre é governar-se por si mesmo; a nova organização judiciária exclui o povo brasileiro do direito de concorrer à administração da Justiça; tudo está perdido, senhores, abdicamos da liberdade para entrarmos na senda dos povos possuídos!”

Tratava-se de um dos homens que fizeram a Independência do Brasil, desde a Revolução Pernambucana de 1817 até o Ipiranga, autor do primeiro projeto de Constituição do país – e, mais, irmão do Patriarca, José Bonifácio (v. **Os Andradas e outros heróis da Independência do Brasil**).

À medida que o tempo corria, nem os monarquistas, no século XIX, conseguiram suportar a monarquia. Por exemplo:

“As sucessões contínuas de ministérios; a intriga fácil que pode ser feita entre os ciúmes e as invejas daqueles que se julgam com habilitações para ser presidentes do Conselho; a obra paciente e longa de dominar e estragar os poderes do Estado e, principalmente, os partidos políticos; tudo isso não está na consciência de todos os que me ouvem? Há alguém satisfeito diante desta impotência, que abate e sufoca, e que a ninguém exalta, senão depois da humilhação? Senhor presidente, esta situação desgraçadamente é do país, e todos nós temos sido vítimas. Do fundo das minhas desilusões, tenho a grande satisfação de levantar um grito, um grito não de guerra, porque estou velho, mas de protesto e de



indignação. É uma situação do país e dela devemos sair com o concurso do país inteiro. Liberais e conservadores, republicanos, homens honestos de todas as seitas reunidas em torno do estandarte da liberdade constitucional, é tempo de sacudir este jugo da onipotência usurpadora e ilegal, que tem estragado as forças vivas da nação” (cf. Ferreira Vianna, Discurso na Câmara dos Deputados, 31 de julho de 1884).

Ferreira Vianna era um prócer do Partido Conservador (e foi escravagista quase até a véspera da Abolição, quando, como ministro da Justiça do Gabinete João Alfredo, redigiu o anteprojeto da Lei Áurea). Mas, para ele, o Segundo Reinado eram “quarenta anos de mentiras e perfídias” (cf. Ferreira Vianna, Discurso na Câmara, 03 de agosto de 1882).

Diria dois anos depois, no discurso de 1884: “estou cansado de representar nesta comédia política. É uma decoração tristíssima, onde só há espectros e uma única realidade: este poder onipotente e só, que me aflige, me irrita, e quero, por minha parte, escapar a todas as tentações”.

Esse era o espírito de um homem que estava longe de ser progressista – embora, é justo ressaltar, tenha defendido os republicanos, quando o jornal “A República” foi depredado, na noite de 27 de fevereiro de 1873, sob o acobertamento da polícia (“A polícia apadrinhava, visivelmente, a agressão. Policiais foram vistos a carregar cestos de pedras. Quem o disse, com discurso público, foi uma testemunha maior de toda exceção, o honrado Senador Francisco de Paula da Silveira Lobo”, registrou o futuro ministro do STF e procurador geral da República, Lúcio de Mendonça).

Consultemos outro notório monarquista, Joaquim Nabuco, que somente 17 anos após a Proclamação, em 1906, diria que “a República é incontestável” (portanto, poderia – e deveria – servir à República, mesmo continuando monarquista).

Em 1885 não havia República e Nabuco era deputado pelo Partido Liberal, quando disse, da tribuna da Câmara: “Esse trono, quando nós o encontramos no dia 7 de abril [abdicção de D. Pedro I, em 1831], era um berço, como o de Moisés no Nilo, colocado de beira da corrente, que subia para levá-lo consigo. Em 1831, pela mão de Evaristo da Veiga,

A última página da Revista Illustrada de 23 de março de 1882

salvamos esse berço. Em 1840, pela mão de Antônio Carlos, rasgando a Constituição, vestimos a púrpura do Império ao César de 15 anos, que tínhamos achado nele; mas nunca, sr. Presidente, apesar da imensa irradiação liberal do continente americano, foi possível conciliar esse órfão do absolutismo com a democracia que o adotou e lhe salvou a coroa” (Joaquim Nabuco, Obras Completas, Volume XI, Discursos Parlamentares, Instituto Progresso Editorial, 1949, S. Paulo, p. 241, grifo nosso).

[NOTA: A menção “em 1840, pela mão de Antônio Carlos, rasgando a Constituição” refere-se à Declaração da Maioridade de Pedro II, apresentada em 23 de Julho de 1840 por Antonio Carlos de Andrada e aprovada pela Câmara e pelo Senado reunidos (reunião que, na época, era chamada “Assembleia Geral Legislativa do Brasil”). Pedro II tinha 15 anos. Pela Constituição da época, ele somente poderia ser declarado “maior de idade” e tomar posse do trono aos 18 anos.]

Porém, na medida em que a monarquia decaía, o aspecto da corrupção assomava à vista do público. Ficava cada vez mais difícil abafar as denúncias – e os fatos. É sintomático que alguns pretendam na algararra que toma os jornais, a prova de que o país estava sob uma perfeita democracia. Mas uma ditadura decadente não é uma democracia. Aliás, os brasileiros tiveram uma experiência recente: o último governo da ditadura de 1964.

Vinte e nove anos depois de Antônio Carlos de Andrada dizer, no primeiro ano do reinado de Pedro II, que o Brasil entrara “na senda dos povos possuídos”, a monarquia foi classificada como o “regime das ficções e da corrupção” (cf. **Manifesto Republicano de 1870**).

Esse mesmo manifesto abraçava “a bandeira da democracia, que abriga todos os direitos”.

A democracia era identificada com a república – e com o cristianismo (“Sê republicano, como o foi o Homem-Cristo”, escreveu Luiz Gama a seu filho, em 23 de setembro de 1870).

Portanto, motivos não faltam para que a quadrilha

bolsonarista (ou suas várias quadrilhas) odeiem a República e incensem a monarquia.

O PILAR

Em “Panorama do Segundo Império”, Nelson Werneck Sodré escreve algo crucial para o entendimento das condições políticas que fizeram com que essa monarquia mediocre conseguisse se sustentar e, até mesmo, fazer o país crescer, pelo menos até a “quebra do Souto”, em 10 de setembro de 1864, e o final da Guerra do Paraguai, em março de 1870 (a falência de Mauá seria cinco anos depois, em maio de 1875):

“Caxias – mais do que D. Pedro II – foi o império. Ele enche a sua fase ascensional. Apoiado na sua espada e no seu conhecimento dos homens, foi que o regime procedeu à integração das partes do país. Quando a guerra do Paraguai assinala o ponto crítico e marca o início do declínio, é ele quem apressa a conclusão da luta e termina o desbarato das forças de López. Quando regressa, doente e entristecido, tendo dado por concluída a campanha, recolhe-se ao sossego e à solidão. E o império começa a esboroar-se” (v. **O Duque de Caxias pelo general Nelson Werneck Sodré**).

Caxias fora contra a intervenção no Uruguai. E sua opinião sobre Pedro II não era excelente. Por exemplo: “Não menos crítica era a opinião do marquês de Caxias, que se irritou com as posturas de Pedro II no Uruguai, classificando-o de amante de ‘patacoadas’ de ‘bobo’ e de ‘sujeitinho’.” (cf. Francisco Doratioto, **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**, Companhia das Letras, 2002, p. 65).

Caxias estava falando do imperador...

Do mesmo modo, sua carta a uma das filhas, relatando o pedido – quase desesperado – de Pedro II, em meio à crise com a Igreja, para que Caxias assumisse outra vez a presidência do Conselho de Ministros:

Ele [Pedro II] assim que me viu me abraçou e me disse que não me largava sem que eu lhe dissesse que aceitava o cargo de ministro e que se me negasse a fazer-lhe esse serviço, que Ele chamava os liberais e que havia de dizer a todos que eu era o responsável pelas consequências que daí resultassem, mas disse tudo isto tendo-me preso com os seus braços.

Ponderei-lhe as minhas circunstâncias, a minha idade, a incapacidade, a nada cedeu.

Para me poder libertar dele era preciso empurrá-lo, e isso eu não devia fazer; abaixei a cabeça e disse que fizesse o que quisesse, pois eu tinha consciência que Ele se havia de arrepender, porque eu não seria ministro por muito tempo, porque morreria de trabalho e desgostos; mas a nada atendeu, e disse-me que só fizesse o que pudesse, mas que o não abandonasse, porque então Ele também nos abandonaria e se iria embora!!

Que fazer minha querida Anicota, senão resignar-me e morrer no meu posto! E acresce que eu já tenho ariscado tantas vezes a minha vida por Ele, que mais uma na idade em que estou pouco sacrifício será.

O que salta aos olhos é o tom depressivo desta carta particular – e o retrato pouco heroico (para dizer de modo delicado) de Pedro II.

A invasão do Brasil pelo Paraguai fez com que Caxias aceitasse o comando das tropas, substituindo Mitre. Po-



rém, depois de tomar Assunção, Caxias daria por encerrada a guerra contra a posição de Pedro II.

Bem antes, Caxias manifestara sua opinião de que era necessário abrir negociações de paz. Escreve, em 1868, ao visconde do Rio Branco:

É minha opinião que, depois da jornada de Tebiquary, seja o que for o resultado, já nos não fica mal tratar de paz, por isso julgo que ela se poderá fazer honrosamente para nós. Lopez está quase sem exército, e marinha, perdeu já nesta guerra mais de trezentas bocas de fogo de sua mais grossa artilharia. Está em nosso poder a sua melhor fortaleza e com ela o domínio de todo o rio Paraguai. Nossas partidas vagam impunemente em todo o espaço compreendido desde o Paraná até Tebiquary. Já estão se arrasando as baterias Londres e Cadena. Parece-me que se Lopez tivesse podido tratar com os aliados, ele mesmo se teria convencido de que deveria deixar o Paraguai. Mas nós nada queremos com ele, e no Paraguai não há mais ninguém com quem tratar, e portanto siga a guerra...” (carta datada de Humaitá, 15 de agosto de 1868).

Esta carta foi escrita antes da série de batalhas (dezembro de 1868) que conduziram à tomada de Assunção.

É um homem amargurado com a monarquia – e, especialmente, com Pedro II – aquele Caxias que volta ao Brasil e, depois, redige o seu testamento:

“... que meu enterro seja feito, sem pompa alguma, e só como irmão da Cruz dos Militares, no grau que ali tenho. Dispensando o estado da Casa Imperial, que se costuma a mandar aos que exercem o cargo que tenho. (...) Logo que eu falecer deve o meu testamenteiro fazer saber ao Quartel General, e ao ministro da Guerra, que dispense as honras fúnebres que me pertencem como Marechal do Exército e que só desejo que me mandem seis soldados, escolhidos dos mais antigos, e melhor conduta, dos corpos da Guarnição, para pegar as argolas do meu caixão”.

APÓS O BAILE

Em “Os monarco-bolsonaristas e seu passado radiante”, nos referimos ao afastamento de quatro ministros do Supremo Tribunal de Justiça (na época, a instância máxima do Judiciário), inteiramente contra a Constituição, por não contemplarem os interesses da amante de Pedro II, a Condessa de Barral.

Aqui, vimos como um alcoviteiro do imperador roubou as joias da imperatriz e saiu impune.

O ato de Pedro II não foi, aparentemente, mais escandaloso que o anterior. Mas acabou publicamente com um dos sustentáculos ideológicos da monarquia: a imagem da imperatriz Teresa Cristina, promovida como pessoa modesta – aliás, “a mãe dos brasileiros” – e do próprio casal imperial como exemplo de felicidade conjugal e austeridade.